



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

AGOE nº 57/2024



ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AGOE	3
------------------------------	----------

Matérias a serem deliberadas na AGO	
ITEM I. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2023	4
<i>ANEXO I - Itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência –Comentário dos Diretores</i>	6
ITEM II. Proposta para a Destinação do Resultado do Exercício de 2023	56
<i>ANEXO II – Destinação do Lucro Líquido - Resolução CVM nº 81, de 29.03.2022 (Anexo A)</i>	59

Matérias a serem deliberadas na AGE	
ITEM III. Fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Executiva da Companhia	65
<i>ANEXO III - Informações constantes no item 8 do Formulário de Referência - Remuneração dos Administradores, em cumprimento ao Art. 13 da Resolução CVM nº 81/22</i>	68

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2024 ("AGOE/2024")

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO

CNPJ nº 01.616.929/0001-02

NIRE 52.3.0000210-9

COMPANHIA ABERTA

REGISTRO CVM nº 1918-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Saneamento de Goiás S.A – Saneago ("Companhia"), com fundamento no artigo 132 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, e nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, convoca os senhores acionistas a participar da **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** da Companhia, que se realizará no dia **30 de abril de 2024**, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Fued José Sebba, nº 1.245, Setor Jardim Goiás, em Goiânia, Estado de Goiás, para tratar da seguintes ordens do dia:

- I. Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercícios Social encerrado em 31.12.2023;
- II. Proposta para a Destinação do Resultado do Exercício de 2023;
- III. Fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada da Companhia.

Ficam cientes os Senhores Acionistas que os documentos pertinentes à matéria a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, conforme ordem do dia, estarão à disposição na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saneago.com.br/>), na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e na Sede da Companhia, em atenção ao disposto no artigo 12 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, e artigo nº 135, §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Informações gerais: A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer até 48 horas antes do início da Assembleia Geral, mediante apresentação de (i) documento de identidade (RG, CNH, Carteira de identidade profissional), (ii) comprovante da qualidade de acionista da companhia, (iii) no caso de o acionista ser representado por procurador, apresentar o comprovante de Instrumento de Mandato, com firma reconhecida, outorgado a menos de um ano, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários relativos ao procurador, se for o caso.

Goiânia, 28 de março de 2024

Gilvan Cândido da Silva

Presidente do Conselho de Administração

Item I

Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2023.



ITEM I

Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2023.

Conforme previsto no Calendário de Eventos Corporativos da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago, foram aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2023, durante a 522ª Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 07.03.2024.

O Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas de Notas Explicativas, e as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP relativas ao exercício de 2023 estão disponíveis no portal de Relações com Investidores da Companhia, conforme endereço a seguir: <https://ri.saneago.com.br/central-de-resultados>

Além disso, os documentos foram devidamente disponibilizados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no dia 07.03.2024, através do Sistema da CVM nos campos (i) Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e (ii) Dados Econômico-financeiros.

A seguir, no ANEXO I, apresentamos os comentários dos diretores em relação à situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia, de acordo com os itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência da Companhia.

ANEXO I

Itens 2.1 a 2.11 do Formulário de Referência - Comentário dos Diretores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII, do artigo 1º, do Anexo A, da Resolução CVM nº 80/2022, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM e conforme as IFRS.

A análise da Diretoria esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos em exercícios anteriores venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 1967, sob a denominação social de Saneamento de Goiás S.A., cujo objeto social consistia na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, por meio de concessão e gestão associada na forma constitucional prevista, cumprindo-lhe efetuar estudos, elaborar projetos, realizar obras, operar e praticar a exploração de serviços de saneamento básico, na forma da lei.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócios, bem como cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 1.664.116 mil, e era superior em R\$ 754.729 mil em relação ao passivo circulante, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 1,83.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$ 1.381.935 mil, e era superior em R\$ 585.505 mil em relação ao passivo circulante, representando um índice de liquidez de 1,74.

A Diretoria da Companhia analisa o índice de liquidez corrente a fim de identificar possíveis desequilíbrios entre as dívidas de curto prazo em relação aos recebíveis de curto prazo. Essa análise busca identificar possíveis necessidades de captação de recursos ou disponibilidade de caixa para futuros investimentos. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, conforme demonstrado no quadro a seguir, foi calculado pela relação entre ativo circulante e passivo circulante.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Índice de Liquidez Corrente (ILC) ⁽¹⁾	1,83	1,74	1,85
Índice de Endividamento Financeiro ⁽²⁾	0,97	0,95	0,90

⁽¹⁾ O Índice de Liquidez Corrente (ILC) é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

⁽²⁾ O Índice de Endividamento é calculado pela divisão do Passivo Circulante (+) Passivo Não Circulante pelo patrimônio líquido]

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 0,97 contra 0,95 em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento ocorreu principalmente em razão da 11ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 300.000 mil.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 0,95 contra 0,90 em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente em razão da 10ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 200.000 mil.

Considerando a forte geração de caixa e a manutenção do nível de endividamento da Companhia mencionado acima, a administração acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado de modo a implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apresentou uma taxa de crescimento médio composto anual (CAGR) elevada, equivalente a um crescimento na receita líquida de 8,96% no período base.

Esse crescimento pode ser observado na receita líquida operacional da Companhia que passou de R\$2.453.945 mil no período findo em 31 de dezembro de 2021, para R\$2.762.887 mil no período findo em 31 de dezembro de 2022 elevando-se em 11,04% para R\$3.067.873 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria ressalta que essa elevação na receita líquida é decorrente do reajuste tarifário, dos incrementos de economias de água e esgoto e a elevação do consumo de clientes com ênfase nas categorias residencial e comercial.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento ao mesmo tempo que mantém um perfil favorável de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 4.084.944 mil, tendo apresentado um crescimento de 11% em relação a 31 de dezembro de 2022. Esta variação ocorreu principalmente em razão da constituição de reservas para plano de Investimentos sobre o saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, conforme Artigo 65, inciso II do Estatuto Social da Companhia após ter auferido lucro de R\$583.856 mil no período.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.677.183 mil, tendo apresentado um crescimento de 9,54% em relação a 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu principalmente em razão da constituição de reservas para plano de Investimentos sobre o saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, conforme Artigo 65, inciso II do Estatuto Social da Companhia após ter auferido lucro de R\$401.636 mil no período.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.356.818 mil, tendo apresentado um crescimento de 9,07% em relação a 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu principalmente em razão da constituição de reservas para plano de Investimentos sobre o saldo remanescente do lucro do exercício após deduzidos eventuais prejuízos acumulados, a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, conforme Artigo 65, inciso II do Estatuto Social da Companhia após ter auferido lucro de R\$352.456 mil no período.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, conforme apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	3.952.037	3.499.163	3.036.985
Capital próprio (patrimônio líquido)	4.084.944	3.677.183	3.356.818
Capital total (terceiros + próprio)	8.036.981	7.176.346	6.393.803
Parcela de capital de terceiros	49%	49%	47%
Parcela de capital próprio	51%	51%	53%

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais caso haja necessidade.

Considerando o perfil de endividamento bancário da Companhia em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 248 milhões no passivo circulante e R\$ 821 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 875 milhões, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas suas obrigações financeiras, bem como condição de continuar operando. Adicionalmente, a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagas no exercício social corrente e nos próximos anos.

A Companhia pretende continuar utilizando recursos próprios para cobertura de seus compromissos de curto prazo e recorrendo ao mercado de dívida quando necessário sempre com vistas a atender os indicadores financeiros dentro dos padrões pré-estabelecidos pelos contratos das operações de crédito assumidos pela companhia.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No período findo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de recursos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Visando o atendimento do previsto no Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) e do Decreto nº 10.710/2021, a Companhia aprovou na RCA nº 487/2022 o mandato para captação do volume de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) em 3 (três) tranches, sendo a 1ª (primeira) tranche no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para desembolso em 2023, a 2ª (segunda) tranche de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)

para desembolso em 2024, e a 3ª (terceira) tranche de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) para desembolso em 2025. Conforme previsto no plano de captação de recursos apresentado à agência reguladora para cumprimento da 2ª fase dos procedimentos previstos na nova legislação, tal montante terá como destino fazer frente ao volume de investimentos para universalização de água e de esgotamento sanitário para o primeiro ciclo de investimento a ser realizados entre os anos de 2022 a 2026. Assim, conforme o mandato assinado, no 3º trimestre de 2023 houve a 11ª emissão de debêntures, correspondente a 1ª (primeira) tranche no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Ainda no ano de 2023, houve a assinatura da Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 330.701.727 celebrado junto ao Banco do Brasil no valor de R\$ 63.006.216,00 para aquisição de hidrômetros, com desembolso inicial de R\$ 20.053.290,59 em 09 de novembro de 2023. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

A relação da dívida líquida (empréstimos e financiamentos circulante e não circulante líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 foi de 5% e 31 de dezembro de 2022 foi de 8%. O nível de endividamento bancário da companhia no curto prazo vem sendo mantido estável ao longo dos últimos anos, reflexo da estratégia de negócios focada no atendimento dos indicadores pré estabelecidos em cláusulas covenants dos contratos das operações de crédito firmados pela companhia. A tabela abaixo apresenta a estrutura do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

(em R\$ milhares, exceto %)	2023	2022	2021
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	248.770	241.367	166.063
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	821.962	751.629	788.946
Total de empréstimos e financiamentos	1.070.732	992.996	955.009
Caixa e equivalentes de caixa	875.047	697.351	569.228
(=) Dívida líquida	195.685	295.645	385.781
Patrimônio líquido	4.085.450	3.677.183	3.356.818
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	5%	8%	11%

A tabela abaixo, apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor nas datas indicadas:

Demonstrativo Empréstimos e Financiamentos (Em Milhares de Reais)

Banco	Tipo	Contrato	Início	Venc.	Taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Garantia	31/12/2023	31/12/2022
BRASIL	Empréstimo	330701235	27/12/2017	06/04/2023	2,9% + CDI	940	0	a)	-	2.566
CEF	Financiamento	Vários		2024	5,73% + TR	-	-	h)	681	2.479
CEF	Financiamento	410461-57	31/12/2013	14/04/2037	8,5% + TR	-	-	c)	4.419	4.543
CEF	Financiamento	0410526-20	31/12/2013	14/04/2037	8,5% + TR	-	-	c)	24.094	24.769
CEF	Financiamento	0410517-19	14/02/2014	14/06/2036	8,5% + TR	-	-	c)	4.907	5.067
CEF	Financiamento	0410538-64	27/03/2015	14/04/2036	8,5% + TR	-	-	c)	36.913	38.152
CEF	Financiamento	26340190232-94	29/06/2006	05/03/2028	12% + TR	-	-	b)	1.169	1.385
CEF	Financiamento	26340190233-07	29/06/2006	05/05/2030	12% + TR	-	-	b)	18.914	20.819
CEF	Financiamento	2635248557-66	30/06/2008	12/11/2030	8,5% + TR	-	-	b)	3.025	3.250
CEF	Financiamento	2634248555-47	09/10/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	b)	4.881	5.353
CEF	Financiamento	2634248548-42	30/12/2009	14/06/2031	9% + TR	-	-	b)	4.445	4.874
BID	Financiamento	1414/OC	11/12/2002	11/10/2027	7,14% + SOFR + VC	-	-	g)	50.289	67.748
BRASIL	Financiamento	330701727	09/11/2023	01/09/2038	IPCA + 3,971%	876	852	f)	20.189	-
BRASIL Custos de Transação	Financiamento Empréstimo	40/00984-x Custos de Transação	20/12/2012	01/01/2028	2,94%	-	-	d)	2.823	3.511
						1.816	852		175.897	184.516
								Circulante	23.280	27.868
								Não Circulante	152.617	156.648

Demonstrativo Debêntures (Em Milhares de Reais)

Debêntures	Início	Venc.	taxa contratual anual	Custos de Transação	Custos de Transação a apropriar	Garantias	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures 5ª Emissão	15/11/2018	16/11/2023	2,5% aa + CDI	4.296	-	e)	-	64.419
Debêntures 6ª Emissão	23/09/2019	23/09/2024	1,2% aa + CDI	3.226	91	f)	34.120	79.725
Debêntures 8ª Emissão	27/11/2020	27/11/2025	2,45% aa + CDI	1.254	101	f)	140.780	214.407
Debêntures 9ª Emissão	25/08/2021	11/08/2026	1,9% aa + CDI	2.354	649	f)	223.832	252.195
Debêntures 10ª Emissão	15/06/2022	15/06/2027	1,55% aa + CDI	1.865	1.012	f)	201.000	201.370
Debêntures 11ª Emissão	23/09/2023	23/09/2028	2,25% aa + CDI	3.674	3.676	f)	300.632	
Custos de Transação Debêntures							(5.529)	(3.636)
				<u>16.669</u>	<u>5.529</u>		<u>894.835</u>	<u>808.480</u>

Descrição	Saldo
Empréstimos e Financiamentos	175.897
Debêntures	<u>894.835</u>
	1.070.732

Circulante	225.490	213.499
Não Circulante	669.345	594.981

Abaixo breve descrição das características dos instrumentos vigentes constantes na tabela acima.

1. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

CEF - Caixa Econômica Federal – SANEAGO

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.461-57: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$119.484 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de abril de 2037. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantia do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de abastecimento de água de Águas Lindas de Goiás/GO.

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.517-19: Em 14 de fevereiro de 2014, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$17.352 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de junho de 2036. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantia do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Cristalina/GO.

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.526-20: Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$36.411 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de abril de 2037. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantia do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Formosa/GO.

Contrato de Financiamento com Concessionárias de Serviços Públicos nº 0410.538-64: Em 27 de março de 2015, a Companhia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$47.536 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 14 de abril de 2036. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 6,00% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,50% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR. A garantia do pagamento do financiamento prestada pela Companhia é penhor dos direitos emergentes dos contratos de concessão ou contratos programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pela Companhia em virtude da exploração dos serviços de

saneamento básico. Este contrato tem por objetivo a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Planaltina/GO.

Todos os contratos celebrados entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal possuem cláusula de “*cross default*”, ou seja, a Caixa Econômica Federal poderá declarar o vencimento antecipado de todos os contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal, caso a Companhia tenha qualquer dívida, com qualquer instituição financeira, declarada vencida antecipadamente.

Os contratos celebrados entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal estabelecem a obrigação da Companhia comunicar previamente a Caixa Econômica Federal quanto a contratação de novas operações de crédito que terão como garantia de pagamento o lastro na receita tarifária da Companhia.

No entanto, nenhum dos contratos celebrados entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal possuem restrições: (i) quanto aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas; (ii) quanto à distribuição de dividendos; (iii) quanto à emissão de novos valores mobiliários; (iv) quanto à alienação de ativos; e (v) quanto a alienação de controle societário.

Caixa Econômica Federal – Municípios

Conforme Termo de Acordo de Cooperação Técnica e Assunção de Obrigação celebrado entre os municípios de Aparecida de Goiânia, Goianésia, Itumbiara e a Saneamento de Goiás S.A., que na condição de concessionária e operadora do sistema de água, passa a ser responsável pelo planejamento do empreendimento, estabelecendo e priorizando as fases e as unidades de construção, de acordo com o cronograma físico e financeiro, se compromete a depositar o valor da contrapartida previsto nos contratos de financiamento citados abaixo e procederá ao ressarcimento das obrigações assumidas pelos municípios, pagando, nas datas de vencimento, os juros, encargos e as amortizações do retorno do investimento, pois os mesmos passarão a constituir patrimônio da Companhia. Tanto os municípios como a Companhia, concordaram e assumiram perante a CEF inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização que porventura venham a recair sobre o financiamento, conforme Cláusula 4, item 3.1 dos contratos abaixo especificados.

Contrato nº 26340190232-94 (Aparecida de Goiânia): Em 29 de junho de 2006, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$2.707 mil, com vencimento previsto para 05 de março de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 8% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 2,00% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 26340190233-07 (Aparecida de Goiânia): Em 29 de junho de 2006, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$35.293 mil, com vencimento previsto para 05 de maio de 2030. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 8% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 2,00% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 2635248557-66 (Goianésia): Em 30 de junho de 2008, o município de Goianésia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$6.000 mil, com vencimento previsto para 12 de outubro de 2030. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 6% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 0,70% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 2634248555-47(Itumbiara): Em 30 de dezembro de 2009, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$10.000 mil, com vencimento previsto para 14 de junho de 2031. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 6% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 1,00% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR.

Contrato nº 2634248548-42 (Itumbiara): Em 09 de outubro de 2009, o município de Aparecida de Goiânia, no âmbito do Programa Saneamento para Todos, contratou financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no montante principal de R\$9.500 mil, com vencimento previsto para 14 de junho de 2031. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de 6% a.a., uma taxa de administração de 2,00% a.a. e uma taxa de risco de crédito de 1,00% a.a., capitalizadas mensalmente, devidas a partir da contratação, contemplando os períodos de carência e amortização, até o pagamento integral, e indexadas pela Taxa Referencial – TR.

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Contrato de Empréstimo nº 1414/OC-BR: Em 11 de dezembro de 2002, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no montante principal de US\$47.600 mil. Os juros são pagos semestralmente, nos dias 11 dos meses de abril e de outubro de cada ano, com taxa determinada pelo próprio BID a cada trimestre. A taxa de juros do pagamento efetuado em 10 de outubro de 2023 foi 7,14% ao ano. As amortizações são em parcelas semestrais, com início em 11 de outubro de 2008 e término em 11 de outubro de 2027. Este contrato corresponde ao financiamento de 30% do programa de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto sanitário da região de Goiânia.

Em decorrência do processo de descontinuação da *London Interbank Offered Rate* – LIBOR, taxa referencial anteriormente utilizada no contrato junto ao BID, a partir da parcela de abril de 2023 os juros passarão a ser calculados a *Secured Overnight Financing Rate* – SOFR.

Banco do Brasil S.A. FCO

Cédula de Crédito Bancário nº 40/00984-x: Em 20 de dezembro de 2012, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., no montante principal de R\$6.846 mil, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 01 de janeiro de 2028. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 10,00% a.a.

A cédula é garantida por: (i) cessão de direitos creditórios proveniente de receitas de serviços ou fornecimentos realizados, decorrentes da cobrança de abastecimento de água e saneamento, os quais serão depositados em conta de depósito mantida junto à Caixa Econômica Federal, na proporção de 100% do valor da dívida; e (ii) penhor de cédulas de duplicatas físicas mercantis e/ou de prestação de serviços, de emissão da Companhia, provenientes das faturas dos serviços de abastecimento de água, esgoto e prestação de outros serviços, vencíveis a prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no valor de R\$685 mil, transferidas ao Banco do Brasil através de endosso, sendo que durante a vigência da cédula, esta garantia deverá representar no mínimo 10% do saldo devedor atualizado da dívida.

Cédula de Crédito Bancário nº 330.701.727 : Em 14 de agosto de 2023, a Companhia contratou financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. recurso via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, no montante principal de R\$ 63.006.216,00, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 01 de setembro de 2038. Os encargos financeiros são variação inflacionário do IPCA acrescida de uma taxa de juros de 3,971% a.a.

A cédula é garantida por: (i) fluxo de recebimento de direitos creditórios proveniente de receitas de serviços ou fornecimentos realizados, decorrentes da cobrança de abastecimento de água e saneamento, os quais serão transitados na referida conta do Banco do Brasil, na proporção equivalente de no mínimo 110% do valor de uma parcela da dívida (incluindo capital e encargos financeiros).

2. Emissões de Debêntures

Debêntures 6ª Emissão

Em setembro de 2019, fez-se instrumento particular de escritura da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 387ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 24 de julho de 2019 e ratificada na 389ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 13 de agosto de 2019.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (*covenants*). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro estabelecido para a 6ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0. No período findo em dezembro de 2023, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 6ª emissão de debêntures.

Debêntures 8ª Emissão

Em novembro de 2020, fez-se instrumento particular de escritura da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 429ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 26 de novembro de 2020.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (*covenants*). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro estabelecido para a 8ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0. No período findo em dezembro de 2023, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 8ª emissão de debêntures.

Debêntures 9ª Emissão

Em agosto de 2021, fez-se instrumento particular de escritura da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 443ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 02 de junho de 2021.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.1, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro estabelecido para a 9ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0. No período findo em dezembro de 2023, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 9ª emissão de debêntures.

Debêntures 10ª Emissão

Em julho de 2022, fez-se instrumento particular de escritura da 10ª (decima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução da CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 472ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 12 de maio de 2022 e rerratificada com a 475ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 09 de junho de 2022.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.16.2, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro estabelecido para a 10ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0. No período findo em dezembro de 2023, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 10ª emissão de debêntures.

Debêntures 11ª Emissão

Em julho de 2023, fez-se instrumento particular de escritura da 11ª (decima primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, destinada exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada de tempos em tempos (“Resolução CVM 30” e “Investidores Profissionais”, respectivamente), estando, portanto, sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 25, do artigo 26, inciso V, alínea “a” e do artigo 27, inciso I, da Resolução CVM 160 e do artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão fiduciária foram celebrados de acordo com a 487ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 8 de dezembro de 2022 e rerratificada com a 503ª Reunião do Conselho de Administração da Saneago, realizada em 15 de julho de 2023.

Conforme Instrumento Particular de Escritura, cláusula 4.15.2, esta operação contém restrições onde o Agente Fiduciário poderá declarar vencidas todas as obrigações constantes da escritura e exigir o pagamento imediato, se não forem cumpridas (covenants). Tais índices financeiros relacionados à cobertura de dívida tem sua exigibilidade anual.

O índice financeiro estabelecido para a 11ª Emissão das debêntures é a razão entre a dívida líquida e o EBTIDA Ajustado menor ou igual a 3,0, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 11ª emissão de debêntures, a ser verificado anualmente pela Emissora e acompanhado pelo Agente Fiduciário a partir de 31 de dezembro de 2023.

No período findo em dezembro de 2023, a Companhia não descumpriu os índices financeiros relacionados à cobertura da dívida, conforme exigência do instrumento particular de escritura da 11ª emissão de debêntures.

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores informam que não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei.

iv. Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas à mudança do controle societário consideradas usuais para este tipo de operação.

Além disso, os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

COVENANTS - 4T 2023 - SANEAGO							
Debêntures 11ª Emissão ¹ Início 07/23	Debêntures 10ª Emissão ¹ Início 07/22	Debêntures 9ª Emissão ¹ Início 08/21	Debêntures 8ª Emissão ¹ Início 11/20	Debêntures 6ª Emissão ¹ Início 09/19	Banco Brasil CCB 330.701.727 ¹ Início 09/23	DESCRIÇÃO	4T - 2023
Anual	Anual	Anual	Anual	Anual	Anual	Periodicidade Contratual	
<=3,00	<= 3,0	<= 3,0	<= 3,0	<= 3,0	<=3,0	Razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado	0,19
¹ Dívida Líquida calculada com inclusão da rubrica Parcelamentos conforme exigido no instrumento particular de escritura da respectiva emissão. EBITDA Ajustado calculado conforme exigido no instrumento particular de escritura da respectiva emissão. Obrigação de observância do índice pela emissora e de acompanhamento pelo Agente Fiduciário.							

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendia integralmente a todas as cláusulas restritivas estipuladas contratualmente com relação ao cumprimento dos *covenants* financeiro.

Seguem abaixo os *covenants* financeiros que restringem o nível de endividamento da Companhia, segundo fórmulas abaixo:

- a) **Debêntures: razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado dos últimos 12 (doze) meses, deverá ser inferior a 3 (três) vezes;**

Onde:

“Caixa, Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários” significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro;

“Dívida Líquida” significa o montante de Dívida Bruta (conforme definido abaixo) deduzidos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliário;

“Dívida Bruta” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado, a empréstimos e financiamentos com terceiros e partes relacionadas, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, cessão e/ou desconto de recebíveis com coobrigação, adiantamentos de contratos de câmbio ou de cambiais entregues, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de derivativos, incluindo hedge e/ou swap. Ou seja, Dívida Bruta é representada no balanço patrimonial por meio das contas passivas, as quais representam somatório das rubricas “empréstimos e financiamentos”, “parcelamentos” e “debêntures”;

“EBITDA Ajustado” significa o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos que não tenham efeito caixa, (v) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período e (vi) dos valores que tenham impactado o resultado do período decorrentes de ajustes contábeis que comprovadamente não tenham efeito caixa oriundos da obtenção do valor justo e “impairment” de ativos imobilizados. Cálculo publicado trimestralmente em relatório de administração nos moldes da Instrução da CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012;

Além disso, as restrições impostas à Companhia e/ou às suas controladas, conforme o caso, em relação às CCBs, aos Contratos de Financiamento e às Debêntures, no que concerne à alteração do capital social, do objeto social, falência, recuperação judicial ou extrajudicial e à alienação de controle societário, estão demonstradas a seguir:

Cédula de Crédito Bancário nº 40/00984-X

- Não adimplemento de obrigações pecuniárias e/ou não pecuniárias decorrentes da CCB ou de qualquer outra dívida financeira contraída com o Credor; e
- Restrição à insolvência, dissolução, requerimento ou proposta de recuperação extrajudicial ou judicial e/ou decretação de falência da Companhia.

Contrato de Financiamento nº 0410.538-64

- Restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- Existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do (s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros, caso aplicável.

Contrato de Financiamento nº 0410.517-19

- Restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- Existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do (s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 0410.461-57

- Restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- Existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do (s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 410.526-20

- Restrição à mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, sem prévia anuência;
- Existência de fato de natureza econômico-financeira que comprometa a execução do (s) empreendimento(s) nos termos do projeto aprovado; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº: 2634.0190233-07/2006-06-26

- Constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- Ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas;
- Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 2634.0190232-94/2006

- Constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- Ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas;
- Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 2634.248555-47/2009

- Constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- Ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas;
- Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 2634.248548-42

- Constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- Ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias;
- Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

Contrato de Financiamento nº 2635.248557-66/07

- Constituição, sem consentimento expresso, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- Ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias;
- Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; e
- Vencimento antecipado, por qualquer causa, de qualquer dívida da Companhia com qualquer instituição financeira ou terceiros.

A Companhia informa que não possui outros limites de endividamento e contratação de novas dívidas além destes citados.

b) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Dos recursos oriundos dos contratos de Financiamentos celebrados com a Caixa Econômica Federal, o total contratado é de R\$440,30 milhões, sendo R\$18,26 milhões para recursos onerosos e R\$422,04 milhões para recurso não onerosos. E já foram liberados 50,96% do total de recursos contratados, restando a liberar R\$ 215,93 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Dos recursos não onerosos oriundos dos contratos com fonte de recurso advinda do Orçamento Geral da União – OGU celebrados com a Caixa Econômica Federal, já foram liberados 51,69%, restando a liberar R\$203,89 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Dos recursos onerosos oriundos dos contratos com fonte de recurso advinda do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS celebrados com a Caixa Econômica Federal, já foram liberados 34,09%, restando a liberar R\$ 12,04 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria entende que os recursos utilizados nos financiamentos já contratados, juntamente com o fluxo de caixa e com captações que a Companhia pode vir a realizar, são suficientes para realizar os investimentos necessários no exercício social corrente e nos próximos anos. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

c) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2022

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2023	AV (%)	2022	AV (%)	AH (%)
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)				
Receitas Líquidas	3.481.286	100,00%	3.049.341	100,00%	14,17%
Receita de Serviço de Água e Esgoto	3.056.420	87,80%	2.751.479	90,23%	11,08%
Receita de Construção	413.413	11,88%	286.464	9,39%	44,32%
Receita de Serviços Técnicos	2.353	0,07%	2.298	0,08%	2,39%
Receita Outorga Subdelegação	9.100	0,26%	9.100	0,30%	0,00%
Custo	(1.683.965)	-48,37%	(1.552.828)	-50,92%	8,45%
Custo dos Serviços	(1.270.552)	-36,50%	(1.266.364)	-41,53%	0,33%
Custo de Construção	(413.413)	-11,88%	(286.464)	-9,39%	44,32%
Lucro Bruto	1.797.321	51,63%	1.496.513	49,08%	20,10%
Despesas/Receitas Operacionais	(959.071)	-27,55%	(924.903)	-30,33%	3,69%
Despesas Administrativas	(512.435)	-14,72%	(496.140)	-16,27%	3,28%
Despesas Comerciais	(316.024)	-9,08%	(324.045)	-10,63%	-2,48%
Despesas Tributárias	(35.062)	-1,01%	(17.465)	-0,57%	100,76%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(95.550)	-2,74%	(87.253)	-2,86%	9,51%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	838.250	24,08%	571.610	18,75%	46,65%
Resultado Financeiro Líquido	(20.227)	-0,58%	(18.481)	-0,61%	9,45%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	818.023	23,50%	553.129	18,14%	47,89%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes	(210.569)	-6,05%	(125.554)	-4,12%	67,71%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos	(23.598)	-0,68%	(25.939)	-0,85%	-9,03%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	583.856	16,77%	401.636	13,17%	45,37%
Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)	0,23210	0,00%	0,15966	0,00%	45,37%

Receitas Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Receita Líquida totalizou R\$ 3.481.286 mil, um aumento de 14,17% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A receita mais representativa advém da própria prestação dos serviços de água e esgoto que corresponde a cerca de 90% do resultado gerado e teve um incremento de 11,08%, atingindo o valor de 3.056.420 mil.

O incremento reflete principalmente a aplicação do reajuste tarifário de 7,02% a partir de 01 de abril de 2023, além da expansão dos serviços com crescimento de 2,56% nas economias de água e 5,58% em economias de esgoto. Destaca-se também a elevação do consumo dos clientes, com ênfase nas categorias residencial e comercial, refletindo em um volume faturado de água 4,45% maior que o ano anterior.

Por fim, houve também a elevação da Receita de Construção de 44,32% devido ao maior fluxo de investimentos nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Custo

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os custos dos serviços atingiram o valor de R\$1.270.552 mil um incremento de apenas 0,33% em relação ao ano de 2022. Desta forma, a correspondência dos custos para prestação dos serviços em relação a receita que era de 41,53% em 2022 passou para 36,50% em 2023.

O resultado citado é influenciado pela redução com pessoal e energia elétrica, principais gastos da Companhia. Os custos com pessoal foram reduzidos em 3,85% efeito principalmente das indenizações do Programa de demissão voluntária - PDV em 2022. Esse fator influenciou também as despesas Administrativas e Comerciais, sendo que no total foram desligados 443 colaboradores a um gasto de R\$ 142.215 mil. Em relação a energia elétrica os gastos foram reduzidos em cerca de 8% o que se deve ao acréscimo de unidades consumidoras migradas para o Mercado Livre de Energia e pela redução de carga tributária sobre o item onde o ICMS, antes de 29%, foi limitado a alíquota de 17%. Ambas as circunstâncias fizeram com que a economia fosse superior ao incremento com elevação da tarifa de 10,84% em outubro de 2022.

A elevação da Receita de Construção de 44,32% deve-se, conforme comentado no item de receitas, ao maior fluxo de investimentos. Ressalta-se que corresponde ao mesmo valor registrado em receita, visto que a Companhia adota margem igual a zero.

Por fim, em relação às despesas tributárias que teve um incremento de 101% chegando em 2023 a um valor de R\$ 35.062 mil ante R\$ 17.465 mil em 2022, destaca-se o pagamento da taxa de fiscalização do exercício 2023 junto a Agência de Regulação de Goiânia (AR) no montante de R\$ 5.478 mil que, por questões legais, não foi cobrada em 2022 pela AR. Houve também o registro de R\$ 4.133 mil de Taxa de Regulação e Fiscalização do Município de Rio Verde referente ao período retroativo de 2020 a 2022.

Resultado Líquido das Operações Continuadas

Para o incremento do lucro líquido em 45,37%, além dos fatores já comentados, quais sejam incremento da receita e redução dos custos (principalmente de pessoal e energia), houve influência da reversão de ação judicial referente ao Município de Minaçu em R\$ 75.123 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2021

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV (%)	2021	AV (%)	AH (%)
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)				
Receitas Líquidas	3.049.341	100,00%	2.553.340	100,00%	19,43%
Receita de Serviço de Água e Esgoto	2.751.479	90,23%	2.442.420	95,66%	12,65%
Receita de Construção	286.464	9,39%	99.395	3,89%	188,21%
Receita de Serviços Técnicos	2.298	0,08%	2.425	0,09%	-5,24%
Receita Outorga Subdelegação	9.100	0,30%	9.100	0,36%	0,00%
Custo	(1.568.499)	-51,44%	(1.240.112)	-48,57%	26,48%
Custo dos Serviços	(1.282.035)	-42,04%	(1.140.717)	-44,68%	12,39%
Custo de Construção	(286.464)	-9,39%	(99.395)	-3,89%	188,21%
Lucro Bruto	1.480.842	48,56%	1.313.228	51,43%	12,76%
Despesas/Receitas Operacionais	(909.232)	-29,82%	(801.066)	-31,37%	13,50%
Despesas Administrativas	(504.921)	-16,56%	(455.512)	-17,84%	10,85%
Despesas Comerciais	(333.414)	-10,93%	(294.092)	-11,52%	13,37%
Despesas Tributárias	(17.465)	-0,57%	(23.393)	-0,92%	-25,34%
Provisões/Reversões -Perdas/ Recuperação de Créditos	(36.124)	-1,18%	(20.403)	-0,80%	77,05%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(17.308)	-0,57%	(7.666)	-0,30%	125,78%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	571.610	18,75%	512.162	20,06%	11,61%
Resultado Financeiro Líquido	(18.481)	-0,61%	(24.187)	-0,95%	-23,59%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	553.129	18,14%	487.975	19,11%	13,35%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes	(125.554)	-4,12%	(67.958)	-2,66%	84,75%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos	(25.939)	-0,85%	(67.561)	-2,65%	-61,61%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	401.636	13,17%	352.456	13,80%	13,95%
Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)	0,15966	0,00%	0,1401	0,00%	13,96%

Receitas Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Receita Líquida totalizou R\$ 3.049.341 mil, um aumento de 19,43% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 2.553.340 mil, em razão do incremento de 1,74% das economias de água, 6,19% em ligações de esgoto, além do reajuste tarifário aplicado a partir de fevereiro de 2022 no percentual de 8,85% e também a elevação do consumo de clientes com ênfase nas categorias pública e comercial, que refletiram a retomada integral em 2022 das atividades comerciais e aulas presenciais na rede pública. Houve também a elevação da Receita de Construção, reflexo da retomada dos investimentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Receita de Serviços de Água e Esgoto totalizou R\$2.751.479 mil, um aumento de 12,65% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$2.442.420 mil, em razão do incremento de 1,74% das economias de água, 6,19% em ligações de esgoto, além do reajuste tarifário aplicado a partir de fevereiro de 2022 no percentual de 8,85% e também a elevação do consumo de clientes com ênfase nas categorias pública e comercial, que refletiram a retomada integral em 2022 das atividades comerciais e aulas presenciais na rede pública.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Receita de Construção totalizou R\$286.464 mil, um aumento de 188,21% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$99.395

mil, em razão da elevação do volume de investimentos nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Receita de Serviços Técnicos, auferida por meio da análise e emissão dos Atestados de Viabilidade Técnica da Companhia, totalizou R\$2.298 mil, representando uma redução de 5,24% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$2.425 mil, em razão da diminuição do volume de Atestados de Viabilidade Técnicas emitidos.

Custo

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Custo totalizou (R\$1.568.499) mil, uma elevação de 26,48% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$(1.240.112) mil, principalmente em razão reposição salarial da categoria realizada em junho/2022 em percentual de 11,90%, da elevação dos investimentos que reflete no Custo de Construção, ação judicial trabalhista e da elevação de gastos com energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Custo dos Serviços totalizou (R\$1.282.035) mil, uma elevação de 12,39% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$(1.140.717) mil, principalmente em razão da reposição salarial da categoria realizada em junho/2022 em percentual de 11,90%, ação judicial trabalhista, elevação de gastos com energia elétrica, reflexo da bandeira vermelha iniciada em 2021 e encerrada em abril/2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Custo de Construção totalizou (R\$286.464) mil, uma elevação de 188,21% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$(99.395) mil, em razão da elevação do volume de investimentos nos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Lucro Bruto totalizou R\$ (1.480.842) mil, um aumento de 12,76% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$(1.313.228) mil, em razão das variações de Receita Líquida e dos custos mencionados anteriormente.

Despesas/Receitas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas Operacionais totalizaram (R\$909.232) mil, uma elevação de 13,50% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de (R\$ 801.066) mil, em razão dos fatores explicitados a seguir.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas Administrativas totalizaram (R\$504.921) mil, um aumento de 10,85% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$(455.512) mil, em razão das indenizações do PDV 2022 que chegaram a R\$ 142.215 e também da data base da categoria concedida para os salários a partir de junho/2022 em percentual de 11,90%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas Comerciais totalizaram (R\$333.414) mil, uma elevação de 13,37% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (294.092) mil, em razão da data base da categoria concedida para os salários a partir de junho/2022 em percentual de 11,90%, e também da elevação dos valores pagos de remuneração contratual, reflexo do aumento do faturamento e arrecadação que compõem base de cálculo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas Tributárias totalizaram (R\$17.465) mil, uma redução de 25,34% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ (23.393) mil, sendo o principal fator desta variação foi que, em 2022 ocorreram mudanças no Código Tributário do município de Goiânia que não disciplinou a taxa de regulação local, impedindo assim, a respectiva cobrança.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Provisões - Perdas de Créditos totalizaram (R\$36.124) mil, uma elevação de 77,05% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 que foi de R\$(20.403) mil, em razão da adequação da nova política de provisões para devedores de liquidação duvidosa, cujo saldo em parte se compensa com as Perdas Efetivas, e também da provisão para indenização em razão do encerramento da operação em dois municípios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Outras Despesas/Outras Receitas Operacionais totalizaram R\$(17.308) mil, um aumento de 125,78% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$(7.666) mil, em razão da alienação/baixa de ativos imobilizados e materiais inservíveis e também da distribuição de parte dos lucros e resultados aos empregados.

Resultado Antes do Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Resultado Antes do Resultado Financeiro totalizou R\$571.610 mil, um aumento de 11,61% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$512.162 mil decorrentes das variações explicitadas acima, destacando-se a elevação na Receita de Água e Esgoto em 12,65%.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Resultado Financeiro Líquido totalizou (R\$18.481) mil, uma redução de 23,59% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de (R\$24.187) mil, em razão elevação da taxa Selic para 13,75%, o que refletiu em maiores pagamentos de juros, no entanto, também elevou os juros das aplicações financeiras. Essa elevação de juros reflete a aplicação dos recursos captados pela 10ª Emissão de debêntures.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro totalizou R\$553.129 mil, um aumento de 13,35% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$487.975 mil, em razão principalmente da elevação da receita líquida de Serviços de Água e Esgoto em 12,65%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes totalizaram (R\$125.554) mil, um aumento de 84,75% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de (R\$67.958) mil, em razão, principalmente, da elevação da receita líquida e compensação do saldo total de prejuízo fiscal de IRPJ em 2021, não restando saldo para compensação em 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos totalizaram R\$(25.939), uma redução de 61,61% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$(67.561) mil, em razão, principalmente, da adequação da nova política de provisões para devedores de liquidação duvidosa, movimentação da provisão para contingências, cálculo da depreciação pelo critério da vida útil e a compensação do montante final de prejuízo fiscal em 2021.

Resultado Líquido das Operações Continuadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 o Resultado Líquido das Operações Continuadas totalizou R\$ 401.636 mil, um aumento de 13,95% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$ 352.456 mil, em razão principalmente da elevação da tarifa em 8,85%, bem como a elevação do volume faturado de água em 3,06% e de esgoto em 6,08%.

Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação) totalizou R\$0,1597, uma elevação de 13,96% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que foi de R\$0,1401 em razão em razão principalmente da elevação da receita líquida no período.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 de dezembro de 2020

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)
	(Em milhares de R\$, exceto percentuais)				
Receitas Líquidas	2.553.340	100,00%	2.541.759	100,00%	0,46%
Receita de Serviço de Água e Esgoto	2.442.420	95,66%	2.360.900	92,88%	3,45%
Receita de Construção	99.395	3,89%	169.996	6,69%	-41,53%
Receita de Serviços Técnicos	2.425	0,09%	1.763	0,07%	37,55%
Receita Outorga Subdelegação	9.100	0,36%	9.100	0,36%	0,00%
Custo	(1.240.112)	-48,57%	(1.228.638)	-48,34%	0,93%
Custo dos Serviços	(1.140.717)	-44,68%	(1.058.642)	-41,65%	7,75%
Custo de Construção	(99.395)	-3,89%	(169.996)	-6,69%	-41,53%
Lucro Bruto	1.313.228	51,43%	1.313.121	51,66%	0,01%
Despesas/Receitas Operacionais	(801.066)	-31,37%	(780.712)	-30,72%	2,61%
Despesas Administrativas	(455.512)	-17,84%	(395.102)	-15,54%	15,29%
Despesas Comerciais	(294.092)	-11,52%	(269.063)	-10,59%	9,30%
Despesas Tributárias	(23.393)	-0,92%	(15.695)	-0,62%	49,05%
Provisões/Reversões -Perdas/ Recuperação de Créditos	(20.403)	-0,80%	(96.298)	-3,79%	-78,81%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(7.666)	-0,30%	(4.554)	-0,18%	68,34%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	512.162	20,06%	532.409	20,95%	-3,80%
Resultado Financeiro Líquido	(24.187)	-0,95%	(63.980)	-2,52%	-62,20%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	487.975	19,11%	468.429	18,43%	4,17%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes	(67.958)	-2,66%	(63.114)	-2,48%	7,68%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos	(67.561)	-2,65%	(68.969)	-2,71%	-2,04%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	352.456	13,80%	336.346	13,23%	4,79%
Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)	0,1401	0,00%	0,1337	0,00%	4,79%

Receitas Líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Receita Líquida totalizou R\$ 2.553.340 mil, um aumento de 0,46% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 2.541.759 mil, em razão do incremento de 2,39% das economias de água, 5,11% em ligações de esgoto, que mesmo sem o reajuste tarifário contribuiu para uma receita líquida superior à do exercício 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Receita de Serviços de Água e Esgoto totalizou R\$2.442.420 mil, um aumento de 3,45% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$2.360.900 mil, em razão do incremento de 2,39% das economias de água, 5,11% em ligações de esgoto, que mesmo sem o reajuste tarifário contribuiu para uma receita líquida superior à do ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Receita de Construção totalizou R\$99.395 mil, uma redução de 41,53% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$169.996 mil, em razão da redução do volume de investimentos provocada pelo insucesso nas licitações, estas motivadas pela alta dos preços de materiais da construção civil, um dos efeitos da pandemia de Covid 19.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Receita de Serviços Técnicos, auferida por meio da análise e emissão dos Atestados de Viabilidade Técnica da Companhia, totalizou R\$2.425 mil, representando um aumento de 37,55% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$1.763 mil, em razão da elevação do volume de Atestados de Viabilidade Técnicas emitidos.

Custo

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Custo totalizou (R\$1.240.112) mil, uma elevação de 0,93% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$(1.228.638) mil, em razão da reposição salarial da categoria realizada em junho/2021 em percentual de 8,9%, embora haja redução dos investimentos que refletem no Custo de Construção, elevação de gastos com energia elétrica em virtude de reajuste tarifário e utilização do almoxarifado virtual para aquisição de materiais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Custo dos Serviços totalizou (R\$1.140.717) mil, uma elevação de 7,75% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$(1.058.642) mil, principalmente em razão da reposição salarial da categoria realizada em junho/2021 em percentual de 8,9%, elevação de gastos com energia elétrica em virtude de reajuste tarifário e utilização do almoxarifado virtual para aquisição de materiais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Custo de Construção totalizou (R\$99.395) mil, uma redução de 41,53% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$(169.996) mil, em razão da redução do volume de investimentos provocada pelo insucesso nas licitações, estas motivadas pela alta dos preços de materiais da construção civil, um dos efeitos da pandemia de Covid 19.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Lucro Bruto totalizou R\$ (1.313.228) mil, um aumento de 0,01% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$(1.313.121) mil, em razão das variações de Receita Líquida e dos custos mencionados anteriormente.

Despesas/Receitas Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Despesas Operacionais totalizaram (R\$801.066) mil, uma elevação de 2,61% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de (R\$ 780.712) mil, em razão dos fatores explicitados a seguir.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Despesas Administrativas totalizaram (R\$455.512) mil, um aumento de 15,29% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$(395.102) mil, em razão da reposição salarial da categoria realizada em junho/2021 em percentual de 8,9% e

também da elevação das despesas gerais em virtude de ações judiciais relativas à multa ambiental e cobrança de hidrômetros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Despesas Comerciais totalizaram (R\$294.092) mil, uma elevação de 9,30% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (269.063) mil, em razão da reposição salarial da categoria realizada em junho/2021 em percentual de 8,9% e também da elevação dos valores pagos de remuneração contratual, reflexo do aumento do faturamento que é base para cálculo dessa remuneração.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Despesas Tributárias totalizaram (R\$23.393) mil, um aumento de 49,05% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (15.695) mil, sendo o principal fator desta variação relacionado a parcelamento junto à Receita Federal de processo administrativo indeferido que buscava validar créditos tributários dos anos de 1999 a 2002.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Provisões - Perdas de Créditos totalizaram (R\$20.403) mil, uma redução de 78,81% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 que foi de R\$(96.298) mil, em razão da reversão de perdas estimadas para liquidação duvidosa, impactada pelo acerto realizado com Estado de Goiás , aumento da provisão para contingências cíveis e trabalhistas, além da reversão da provisão de PLR 2020 sendo efetivado no grupo de Outras Despesas Operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as Outras Despesas/Outras Receitas Operacionais totalizaram R\$(7.666) mil, um aumento de 68,34% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$(4.554) mil, em razão do recebimento de indenizações por danos materiais por inundação de obras na antiga captação Corumbá, além de alienação de ativos imobilizados.

Resultado Antes do Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Resultado Antes do Resultado Financeiro totalizou R\$512.162 mil, uma redução de 3,80% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$532.409 mil decorrentes das variações explicitadas acima, destacando-se a elevação na Receita de Água e Esgoto em 3,45%, acompanhada da elevação dos custos e despesas.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Resultado Financeiro Líquido totalizou (R\$24.187) mil, uma redução de 62,20% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de (R\$63.980) mil, em razão do recebimento de débitos com poder público e do retorno do corte de inadimplentes, o que elevou os juros e correções monetárias nas negociações. Houve impacto também da reclassificação das multas recebidas de clientes por atrasos nos pagamentos de faturas para o grupo de Receitas de Serviços.

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro totalizou R\$487.975 mil, um aumento de 4,17% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$468.429 mil, em razão principalmente da elevação da receita líquida de Serviços de Água e Esgoto em 3,45% e da melhora do Resultado Financeiro Líquido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Correntes totalizaram (R\$67.958) mil, um aumento de 7,68% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2020, que foi de (R\$63.114) mil, em razão, principalmente, da elevação da Receita Líquida de Serviços de Água e Esgoto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Diferidos totalizaram R\$(67.561), uma redução de 2,04% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$(68.969) mil, em razão da movimentação no grupo das Provisões, principalmente as perdas estimadas para liquidação duvidosa, contingências, provisão PLR, além da compensação do saldo final de prejuízo fiscal de IRPJ.

Resultado Líquido das Operações Continuadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 o Resultado Líquido das Operações Continuadas totalizou R\$ 352.456 mil, um aumento de 4,79% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 336.346 mil, em razão principalmente da elevação da receita líquida de Serviços de Água e Esgoto em 3,45% e da melhora do Resultado Financeiro Líquido.

Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o Lucro (Prejuízo) por Ação - (Reais / Ação) totalizou R\$0,1401, uma elevação de 4,79% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$0,1337, em razão em razão principalmente da elevação da receita líquida de Serviços de Água e Esgoto em 3,45% e da melhora do Resultado Financeiro Líquido.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	814.064	669.090	21,67%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades de Investimentos	-669.413	-554.948	20,63%
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas Atividades de Financiamentos	-166.991	-171.344	-2,54%
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-22.340	-57.202	-60,95%

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de 21,67% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de um caixa líquido gerado de R\$669.090 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um caixa líquido gerado de R\$814.064 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A variação reflete as próprias operações da Companhia onde, o lucro líquido gerado, ajustado pelas transações sem efeito caixa aumentou 29%, no valor total de R\$227.884 mil.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma variação de 20,63% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de um caixa líquido aplicado de R\$(554.948) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um caixa líquido aplicado de R\$(669.413) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A variação deve-se ao aumento dos investimentos realizados com desembolso principalmente em ativos ligados à operação, sendo gastos no total R\$ 128.519 mil a mais em ativos de contrato e intangível.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou uma variação de -2,54% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de um caixa líquido consumido de R\$(171.344) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para um caixa líquido consumido de R\$(166.991) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

O caixa consumido em 2022 foi impactado pelo resgate de cotas subordinadas do FIDC no valor de R\$100.128 mil, o que não ocorreu em 2023. Compensando esse movimento, as captações de recursos foram R\$120.254 mil maiores em 2023.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	669.090	806.428	-17,03%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades de Investimentos	-554.948	-664.524	-16,49%
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas Atividades de Financiamentos	-171.344	-171.240	0,06%
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-57.202	-29.336	94,99%

Atividades operacionais

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de -17,03% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de um caixa líquido gerado de R\$806.428 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um caixa líquido gerado de R\$669.090 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Essa variação ocorreu, principalmente em decorrência de i) aumento dos recebíveis de clientes devido a alteração da política de baixas para perdas efetivas ii) aumento do consumo de caixa para pagamento de obrigações contratuais/despesas antecipadas aos municípios: em 2022 ocorreu o pagamento das renovações dos contratos de Planaltina R\$4.320 mil e Santo Antônio do Descoberto R\$ 8.697mil e antecipação da participação no faturamento para o município de Águas Lindas R\$ 16.183mil.

Atividades de investimentos

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos apresentou uma variação de -16,49% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de um caixa líquido aplicado de R\$(664.524) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um caixa líquido aplicado de R\$(554.948) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A variação deve-se a aplicação de recursos excedentes de caixa em aplicações financeiras no valor de R\$185.326mil e da realização de investimentos.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou uma variação de +0,06% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de um caixa líquido consumido de R\$(171.240) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um caixa líquido consumido de R\$(171.344) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Essa variação ocorreu, principalmente, em razão das captações de Financiamentos e Empréstimos bem como do pagamento de encargos financeiros sobre estes e do resgate das cotas subordinadas do FIDC.

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	AH (%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	806.482	384.848	109,56%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades de Investimentos	-664.578	-247.843	168,14%
Caixa líquido (aplicados nas) gerado pelas Atividades de Financiamentos	-171.240	-138.468	23,67%
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-29.336	-1.463	1905,19%

Atividades operacionais

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de +109,56% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, passando de um caixa líquido gerado de R\$384.848 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa líquido gerado de R\$806.482 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação ocorreu, principalmente em decorrência de i) aumento dos recebíveis de clientes devido ao retorno das atividades de corte da Companhia após paralização em 2020 e acordo para quitação de dívidas do Governo Estadual de Goiás e ii) redução do consumo de caixa para pagamento de obrigações contratuais/despesas antecipadas aos municípios: em 2020 ocorreu o pagamento das renovações dos contratos de Goiânia (assinado em 17/12/2019 com validade a partir de Jan/20) e de Anápolis (assinado em 27/02/20 com validade a partir de Mar/20). Já em 2021 ocorreu apenas o repasse decorrente do contrato de Águas Lindas no valor R\$5 mil.

Atividades de investimentos

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos apresentou uma variação de 168,14% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, passando de um caixa líquido aplicado de R\$(247.843) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa líquido aplicado de R\$(664.578) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A variação deve-se a aplicação de recursos excedentes de caixa em aplicações financeiras no valor de R\$430.420mil. Apesar de tais recursos serem de liquidez imediata, a utilização prevista é a partir de seis meses.

Atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou uma variação de 23,67% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, passando de um caixa líquido consumido de R\$(138.468) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa líquido consumido de R\$(171.240) mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação ocorreu, principalmente, em razão da ligeira queda nas captações de Financiamentos e Empréstimos que em 2020 foi de R\$370.168 mil e em 2021 de R\$250.134.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da companhia são basicamente oriundas da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e cuja base de clientes é concentrada na categoria residencial, que utiliza esses serviços para as atividades essenciais, não estando, portanto, sujeitas a variações de consumo associadas à variação na renda, no preço, entre outros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 3.056 bilhões, sendo que desse total, R\$ 2.004.400 bilhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 1.051.600 bilhão decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve um aumento de 11,09% na receita operacional líquida da Companhia, comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente pelo incremento de 2,56% em ligações de água, 5,58% em ligações de esgoto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.751 bilhões, sendo que desse total, R\$ 1.812.729 bilhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 938.749 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve um aumento de 12,65% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, principalmente pelo incremento de 1,76% em ligações de água, 6,29% em ligações de esgoto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.442 bilhões, sendo que desse total, R\$ 1.628.766 bilhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 813.654 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve um aumento de 2,47% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente pelo incremento de 2,82% em ligações de água, 5,95% em ligações de esgoto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.360 bilhões, sendo que desse total, R\$ 1.585.925 bilhões foi proveniente do serviço de distribuição de água tratada e R\$ 774.975 milhões decorreu das operações de coleta e tratamento de esgoto. Houve um aumento de 7,97% na receita operacional líquida da Companhia comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente pelo incremento de 2,72% em ligações de água, 5% em ligações de esgoto além do reajuste tarifário aplicado a partir de julho de 2019 no percentual de 5,79%.

Para mais informações sobre a receita operacional líquida da Companhia, vide o item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

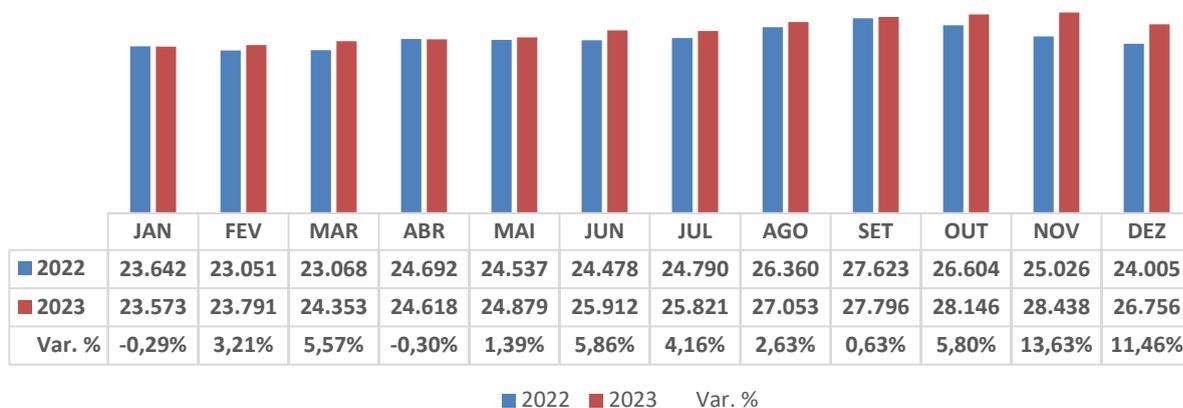
As receitas da Companhia são materialmente afetadas por quatro variáveis endógenas:

- Variação no consumo;
- Reajustes tarifários e revisões tarifárias;
- Incremento de novas economias de água e esgotamento sanitário, bem como da expansão dos sistemas já existentes; e
- Alterações na política tributária do país, referentes às contribuições sociais COFINS e PIS/PASEP afetam diretamente as receitas.

Varição no Consumo

O volume demandado pelos clientes da companhia costuma variar principalmente devido à sazonalidade climática do Estado, em virtude do seu clima predominante tropical semiúmido, com duas estações bem definidas, uma chuvosa (entre outubro e abril) e uma seca (de maio a setembro). O gráfico 1 apresenta a sazonalidade do volume faturado durante os meses dos anos.

Gráfico 1 – Sazonalidade do volume faturado (2022/2023)



Fonte: Painel de monitoramento de indicadores e variáveis

Reajustes e Revisões Tarifárias

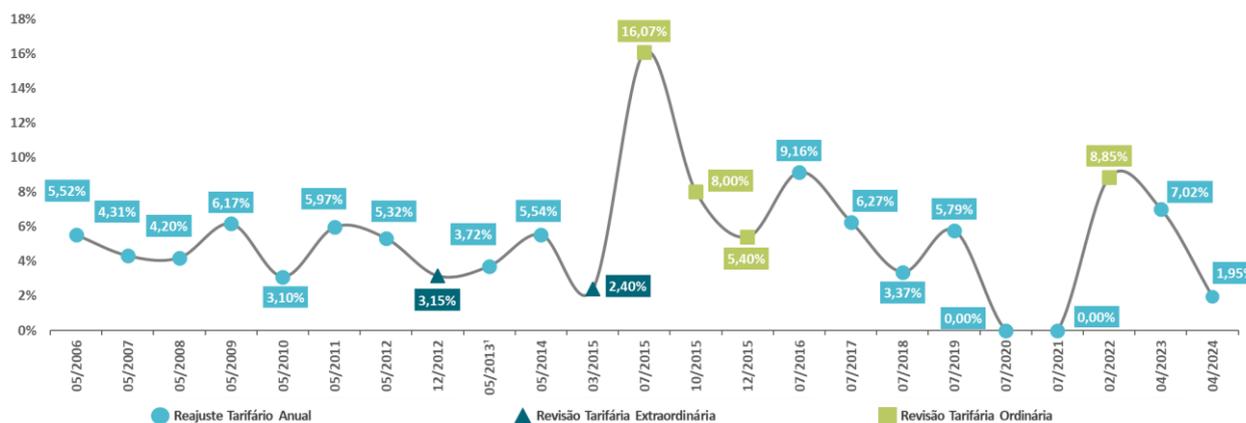
De acordo com a legislação vigente, existem 3 (três) mecanismos distintos para ajuste das tarifas praticadas pela Companhia: (i) o Reajuste Tarifário; (ii) a Revisão Tarifária Ordinária/Periódica; (iii) a Revisão Tarifária Extraordinária. Estes processos podem resultar no aumento ou na diminuição das tarifas praticadas pela Companhia.

1) Reajuste Tarifário: visa manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão frente ao efeito inflacionário que incidiu sobre os custos da Companhia no exercício financeiro anterior. O Marco Regulatório Estadual para o setor de saneamento básico (Lei nº 14.939/2004) estabelece que os reajustes têm como finalidade preservar os valores monetários da tarifa, podendo ser aplicados somente nos períodos entre revisões tarifárias (art. 62). Atualmente, a realização do reajuste tarifário ocorre anualmente, e em caso de divergências, do ponto de vista técnico, referido reajuste poderá ser objeto de discussão com a agência reguladora responsável. Conforme resoluções da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), da Agência de Regulação de Goiânia (AR) e da Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgoto (AMAE), foi autorizado o reajuste das tarifas de água e esgoto da Saneago em 7,02%, a partir de 1º de abril de 2023

2) Revisão Tarifária Ordinária: No dia 14/12/2021 os colegiados da Agência Goiana de Regulação (AGR) e da Agência de Regulação de Goiânia (AR) aprovaram a Nota Técnica Conjunta nº: 12/2021 - AGR/AR, estabelecendo que o índice de recomposição tarifária de 8,854%, decorrente da revisão tarifária de - 0,3748% acrescido do IPCA / IBGE de janeiro a novembro/21 que foi de 9,26%. Além disso, o Fator X estimado para o ciclo de 2021- 2024 será de 0,9112%. Posteriormente foram editadas as Resoluções nº 185/2021 (AGR) e nº 005/2021 (AR) informando que os novos preços serão implementados a partir de 03/02/2022. Ressalta-se ainda que, nos anos de 2020 e 2021, não houve reajustes/revisões tarifárias.

3) Revisão Tarifária Extraordinária: o processo de revisão extraordinária pode ser solicitado pela concessionária e/ou pelo Poder Concedente, a qualquer tempo, nos casos em que algum evento provoque o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Gráfico 2 – Gráfico dos Reajustes e Revisão Tarifária - Histórico entre 2006 e 2024



Fonte: Agência Goiana de Regulação (AGR)

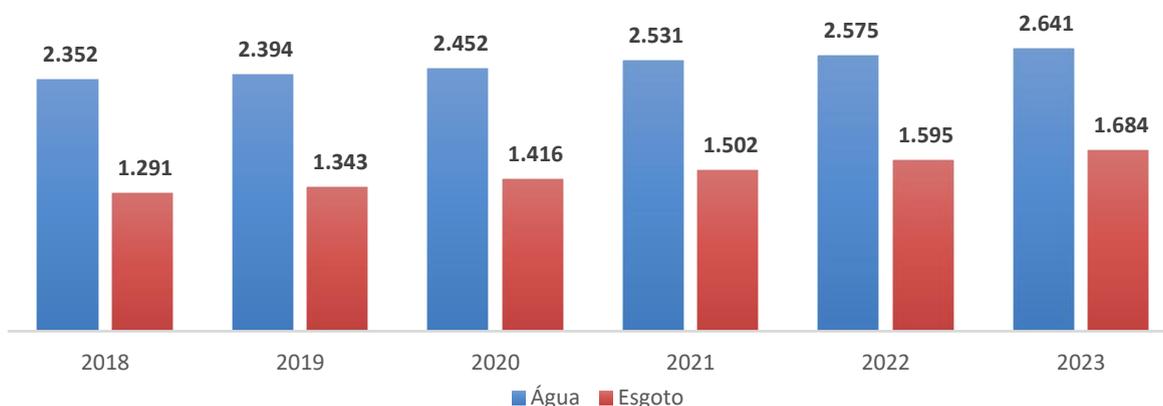
Para outras informações acerca dos procedimentos de reajuste e revisão tarifária, favor verificar o item 7.5 do Formulário de Referência.

Incremento de novas ligações de água e esgotamento sanitário

O crescimento do volume faturado depende da expansão da empresa, não só em localidades já operadas, mas também em novas concessões de água e esgotamento sanitário, o crescimento do número de ligações, seja em função de crescimento vegetativo e da ampliação do índice de cobertura, decorrente das ampliações e entradas em operações de novos sistemas.

O gráfico 3 demonstra a evolução do nº de economias de água e esgoto entre os anos de 2018 e o período findo em 31 de dezembro de 2023.

Gráfico 03 – Evolução nº de Economias de Água e Esgoto (Em 1.000 unidades)



Fonte: Painel de monitoramento de indicadores e variáveis

Alterações na Política Tributária

Atualmente a Companhia recolhe uma alíquota de 9,25% sobre a receita bruta da prestação dos serviços, sendo 1,65% de PIS/Pasep e 7,6% de COFINS, conforme previsto nas leis 10.637/02 e 10.833/03, as quais incidem sobre as empresas cujo regime tributário é o não cumulativo. Não obstante, a Companhia informa que não goza de nenhum benefício tributário.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional líquida da Companhia é impactada principalmente pelos itens descritos no item (a) acima.

As operações são restritas ao mercado interno e conseqüentemente não há impacto decorrente de taxa de câmbio na receita operacional líquida, apenas no endividamento, em função da Companhia ter uma única dívida contratada em dólar junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a qual é amortizada semestralmente, nos meses de abril e outubro, e ajustada pela taxa de câmbio da época.

Não foram aplicados reajustes tarifários nos anos de 2020 e 2021. A tabela a seguir demonstra, nos períodos indicados, os aumentos percentuais das tarifas da Companhia (reajuste médio), comparados a quatro índices de inflação (IPCA, IGP-M, INPC e INCC-DI) que são utilizados como base para o cálculo do reajuste anual tarifário.

Indexadores	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	2022	2021	2020
IPCA	4,62%	5,79%	10,06%	4,52%
IGP-M	-3,18%	5,45%	17,78%	23,14%
INPC	3,71%	5,93%	10,16%	5,45%
INCC-DI	3,49%	9,28%	13,85%	8,81%
Reajuste Tarifário	7,02%	8,85%	0%	0%

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os resultados operacional e financeiro da Companhia podem ser impactados por variações de preços, taxas de juros e câmbio. Nesse contexto em primeiro lugar, destacamos os insumos de maior relevância na apuração do resultado operacional da companhia que conseqüentemente são os que exercem maior impacto quando ocorre variações em seus preços

i. Impacto da inflação e variações de preços na Receita Operacional

1) Custos e Despesas com Pessoal: Nesse íterim, destacamos o insumo mão de obra, representado nas demonstrações de resultado como custos e despesas de pessoal e que representa, em média, 35,59% da receita total bruta da Companhia. O insumo supracitado é impactado pela variação do INPC (Índice Nacional de preços ao Consumidor), tendo em vista que as reposições salariais são realizadas anualmente através de realização de acordo coletivos com a aplicação do referido índice. Vale ressaltar que os reajustes não têm caráter discricionário, são objeto de negociações entre companhia e Sindicato.

2) Energia Elétrica: Outro insumo de relevância e que tem impacto direto na Receita Operacional da Companhia é a energia elétrica. A Saneago utiliza o insumo na operação e distribuição de água para as cidades operadas. O insumo energia elétrica representa, em média, 7,07% da receita total bruta da Companhia, e seus reajustes são aplicados

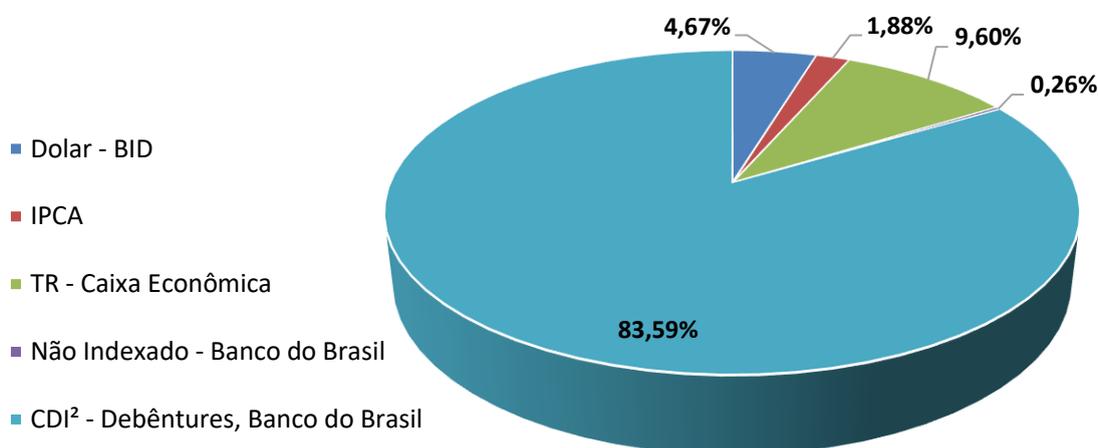
anualmente pela concessionária elétrica do estado de Goiás historicamente no mês de setembro. Dessa forma, alterações significativas no insumo energia elétrica pode afetar diretamente o resultado operacional da Companhia.

- 3) **Serviços de Terceiros:** Os serviços de terceiros da Companhia compreendem os fornecedores de insumos utilizados na produção de água e tratamento de esgotos, prestadores de serviços terceirizados, como segurança, leitura e limpeza, basicamente. O insumo serviços de terceiros representa, em média, 7,28% da receita total da Companhia. Os contratos relacionados aos serviços de terceiros podem ser atualizados com base nos índices de preços praticados em cada setor, como IGPM, INPC, IPCA. Dessa forma, alterações significativas nos índices de preços podem afetar diretamente o resultado operacional da Companhia.

ii. Impacto das Taxas de Juros e Câmbio na Receita Financeira da Companhia

1. **Risco de Taxa de Juros:** As oscilações nas taxas de juros afetam diretamente as despesas pagas com encargos do serviço da dívida. Conforme exposto no gráfico abaixo, 83,59% da dívida financeira da companhia está indexada em Taxa DI, a qual tem como lastro a taxa SELIC. Nesse contexto, as variações na SELIC impactam diretamente no custo do serviço da dívida com reflexo direto no resultado financeiro da Companhia.

Gráfico 04 - Exposição da dívida da Companhia em 31/12/2023



Fonte: Supervisão de Relações com Investidores e Mercado (R-SRM)

2. **Risco de Taxa de Câmbio:** Em relação ao risco cambial, a Companhia possui um contrato de financiamento em dólar dos Estados Unidos, e, portanto, parte de sua dívida está exposta a este risco. Este contrato em moeda estrangeira representa atualmente 4,67% da dívida financeira total da Companhia, tendo como referência 31 de dezembro de 2023.

No caso de desvalorização/valorização do real incorrerá em Receita/Despesa financeira com relação a tal dívida. A Companhia não mantém atualmente operações de *hedge* cambial fazendo, no entanto, uma gestão ativa da dívida e buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira, priorizando a assunção de novas dívidas em moeda doméstica. No tocante a gestão de riscos, houve, em abril de 2019, a criação do Comitê Permanente de Gestão de Riscos Financeiro e Aplicação de Recursos, fundamentada na Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia, cujo objetivo é o estabelecimento de diretrizes, atribuições e procedimentos a serem adotados pela Companhia na execução das atividades para mitigar as exposições ao risco cambial, de taxa de juros e de liquidez.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2023:

1) Despesas com processos judiciais

Considerando não estarem diretamente ligados aos resultados da operação do exercício, a Companhia adequou a apresentação dos gastos com processos judiciais (indenizações e despesas legais e judiciais), os quais foram alocados de "Custos, Despesas Comerciais e Administrativas" para "Outras despesas/receitas operacionais". Para fins comparativos, a Companhia reapresentou as demonstrações contábeis do ano de 2022 com o propósito de refletir tal classificação.

Ademais, as emissões/alterações normativas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2022:

1) Receita de multas por atrasos

Considerando as normas e literatura técnica contábil e também as práticas adotadas por outras companhias, a partir do exercício 2022 passou a classificar no grupo de receitas de serviços operacionais as multas recebidas de clientes por atrasos nos pagamentos das faturas, que anteriormente estavam classificadas no grupo de receitas financeiras. Fundamentado no entendimento de que tais multas são uma contrapartida recebida visando compensar os prejuízos econômicos relacionados a cobrança das faturas em atraso.

Alterações significativas nas práticas contábeis adotadas a partir do exercício de 2021:

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir do exercício de 2021.

Adicionalmente, apesar de algumas alterações normativas entrarem em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, tais normas alteradas e interpretações citadas a seguir, são observadas pela Companhia, mas não geraram impactos significativos:

- Arrendamentos (alterações CPC 06/IFRS 16);
- Instrumentos financeiros (alterações CPC 48 IFRS 09 sobre relações de Hedge).

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

No relatório dos auditores referente ao exercício de 2023 há um parágrafo de ênfase e está transcrito abaixo com respectivo comentário:

Operação Decantação

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 40, que divulga os eventos e as medidas tomadas pela Companhia em decorrência da Operação "Decantação" conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal (MPF). O processo judicial ainda se encontra em andamento e em fase de recebimento da denúncia ofertada pelo MPF, sem

atualizações até a data de conclusão da nossa auditoria. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Comentários: diante do relatório apresentado pela auditoria forense, a administração da Companhia identificou os possíveis efeitos contábeis, mediante a aplicação de uma metodologia razoável que possibilitou a mensuração de valores a serem provisionados em 2017 com complemento em 2019. A Companhia informa que a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal foi rejeitada diante da ausência de exposição do fato criminoso e dos elementos de convicção para se abrir uma ação penal contra os então investigados. Desta decisão, o Ministério Público Federal apresentou recurso com pedido de reforma para recebimento da denúncia e a consequente abertura da ação penal. Até 31 de dezembro de 2023, não há qualquer decisão contrária à rejeição da denúncia.

No relatório dos auditores referente ao exercício de 2022 há um parágrafo de ênfase e está transcrito abaixo com respectivo comentário:

Operação Decantação

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº42, que divulga os eventos e as medidas tomadas pela Companhia em decorrência da operação “Decantação” conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. O processo judicial ainda se encontra em andamento e em fase de recebimento da denúncia ofertada pelo MPF, sem atualizações. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Comentários: diante do relatório apresentado pela auditoria forense, a administração da Companhia identificou os possíveis efeitos contábeis, mediante a aplicação de uma metodologia razoável que possibilitou a mensuração de valores a serem provisionados em 2017 com complemento em 2019. Em 2022 não houve alterações em relação a esse tema.

No relatório dos auditores referente ao exercício de 2021 há um parágrafo de ênfase e está transcrito abaixo com respectivo comentário:

Operação Decantação

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº42, que divulga os eventos e as medidas tomadas pela Companhia decorrentes da operação “Decantação” da Polícia Federal e Ministério Público Federal, bem como os ajustes contábeis consignados nas demonstrações contábeis decorrentes da conclusão do relatório do especialista forense, contratado para este fim. O processo judicial ainda se encontra em andamento e em fase de recebimento da denúncia ofertada pelo MPF, sem atualizações. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Comentários: diante do relatório apresentado pela auditoria forense, a administração da Companhia identificou os possíveis efeitos contábeis, mediante a aplicação de uma metodologia razoável que possibilitou a mensuração de valores a serem provisionados em 2017 com complemento em 2019. Em 2021 não houve alterações em relação a esse tema.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, visto que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5. Medições não contábeis

a) Valor das medições não contábeis

A administração da Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de seus negócios e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por sua administração para avaliação do desempenho da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com resolução n° 156/2022 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Além disso, não representam o fluxo de caixa da Companhia para os períodos apresentados, de modo que não devem ser considerados substitutos do (i) lucro líquido como indicadores do desempenho operacional; ou (ii) fluxo de caixa como indicadores de liquidez e, tampouco, não poderão ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Assim, tanto o EBITDA como a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores da rentabilidade da Companhia, de modo que podem não ser comparáveis com tais medições não contábeis de outras empresas.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os três últimos exercícios:

(R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
EBITDA	995.912	696.069	627.693
Margem de EBITDA	32,46%	25,19%	25,58%

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia divulga o EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado conforme previsto na Resolução CVM n° 156/2022. O EBITDA Ajustado é obtido por meio do seguinte cálculo: Lucro Líquido do Exercício + Resultado Financeiro Líquido +

Depreciação e Amortização + Imposto de Renda da Pessoa Jurídica + Provisões e Reversões. Dessa forma a Companhia demonstra qual foi a sua geração de caixa operacional puro, eliminado do resultado, as contas provenientes de estimativas contábeis, tais como depreciação e provisões.

A divulgação do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustada é proveniente do julgamento da administração da Companhia quanto a sua representatividade na determinação do potencial de geração bruta futura de caixa específico da entidade. Assim, sendo esses ajustes decorrentes do julgamento da administração da Companhia quanto aos seus efeitos na determinação do potencial de geração bruta de caixa da entidade, nada mais relevante do que a divulgação das premissas consideradas em seu julgamento quando da elaboração do LAJIDA/LAJIR Ajustado.

Adicionalmente, deve ser descrita a natureza dos ajustes efetuados, bem como uma conciliação entre o resultado do período e o LAJIDA/LAJIR Ajustado, tudo em prol da adequada compreensão do indicador e sua comparabilidade com aqueles provenientes dos demais pares, setoriais ou não.

Não obstante, cumpre ressaltar que a Margem EBITDA Ajustada é calculada com base na razão entre o EBITDA Ajustado e a Receita Operacional Líquida, sendo este um importante indicador gerencial, pois demonstra a vitalidade das operações da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os três últimos exercícios:

(R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
EBITDA Ajustado	1.062.234	863.759	648.095
Margem de EBITDA Ajustado	34,62%	31,26%	26,41%

Dívida Bruta

A Dívida Bruta corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia. Descontando o caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante), temos a Dívida Líquida.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida da Companhia para os três últimos exercícios sociais:

(R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Dívida Líquida	195.685	295.644	385.781

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e da margem EBITDA para os três últimos exercícios sociais:

Cálculo do EBITDA e do EBITDA ajustado (R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	581.350	401.636	352.456
(+) Resultado financeiro líquido	20.227	18.481	24.187
(+) Depreciação e amortização	157.652	124.460	115.531
(+/-) IR e contribuição social	234.167	151.493	135.519
EBITDA	995.902	696.069	627.693
Receita operacional líquida	3.067.874	2.762.876	2.453.945
Margem EBITDA	32,46%	25,19%	25,58%

Reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA Ajustado e da margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios:

Cálculo do EBITDA e do EBITDA Ajustado (R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	583.856	401.635	352.456
(+) Resultado financeiro líquido	20.227	18.481	24.187
(+) Depreciação e amortização	157.652	124.460	115.531
(+/-) IR e contribuição social	234.167	151.493	135.519
(+/-) Provisões e Reversões	48.099	36.124	20.403
Item não Recorrente (Custos PDV 2022)	1.062.234	863.759	648.095
EBITDA Ajustado	-	131.566	-
Receita operacional líquida	3.067.874	2.762.876	2.453.945
Margem EBITDA Ajustado	34,62%	31,26%	26,41%

Reconciliação da Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Líquida para os três últimos exercícios sociais:

Cálculo da Dívida Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
(+) Empréstimos e Financiamentos - Circulante	23.280	27.868	44.252
(+) Debentures - Circulante	225.490	213.499	121.811
(+) Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	152.617	156.648	183.626
(+) Debentures - Não Circulante	669.345	594.981	605.320
(-) Caixa/Aplicações	875.047	697.352	569.228
(=) Dívida Líquida	195.685	295.644	385.781

- c) Motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores não contábeis utilizados pela administração da Companhia para aferir o seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes

e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia. A margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita operacional líquida e a Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA Ajustado, juntamente com a Margem EBITDA Ajustada são medidas mais apropriadas para a medição da performance operacional da Companhia, pois desconsideram além da depreciação, resultado financeiro e imposto de renda da pessoa jurídica, as provisões e reversões, que são rubricas de caráter contábil e não conectadas de forma direta com os resultados operacionais, dessa forma, o EBITDA Ajustado demonstra de forma mais precisa a geração de caixa operacional da Companhia livre portanto de efeitos contábeis.

Dessa forma, a Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não devendo ser utilizados como base de distribuição de dividendos ou como substitutos ao lucro líquido e fluxo de caixa operacional, tampouco como indicadores de desempenho operacional ou de liquidez. Ademais, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Dívida Líquida

A apuração da dívida líquida permite a Companhia gerenciar de forma precisa o seu passivo oneroso, visto que, em alguns contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, o índice de alavancagem que é medido por meio da dívida líquida e do *ebitda* ajustado, é um *covenant* a ser cumprido, além disso, a dívida líquida é uma bússola importante que orienta a política de captação de recursos da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes às demonstrações financeiras divulgadas em relação ao exercício social encerrado

Os seguintes eventos subsequentes foram apresentados às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023:

Rating

Em 11 de janeiro de 2024 a agência de classificação de risco de crédito Fitch elevou o Rating Nacional de Longo Prazo (“Corporativo”) da Companhia e de suas emissões de debêntures para ‘AA(bra)’, de ‘AA-(bra)’, com perspectiva estável.

Imunidade Tributária

Em 26 de fevereiro de 2024 a Companhia obteve, por meio de julgamento na justiça federal, reconhecimento de sua imunidade tributária recíproca em relação aos tributos incidentes sobre os bens, rendas e serviços, nos termos do artigo 150, VI, "a" da Constituição Federal, afastando-se, especialmente, a incidência do IR, IOF. Além disso, a sentença declara a sujeição da Companhia ao regime cumulativo de PIS/COFINS, tal como prevê os artigos 80, IV e V, e 10, IV e V, das Leis n. 10.637/2002 e 10.833/2002, respectivamente.

Reajuste Tarifário

Em 28 de fevereiro de 2024 foi autorizado reajuste das tarifas de água e esgoto da Saneago em 1,95% a partir de 1º de abril de 2024. O reajuste foi autorizado mediante resoluções da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), da Agência de Regulação de Goiânia (AR) e da Agência Municipal de Regulação dos Serviços

de Água e Esgoto (AMAE).

2.7 Destinação dos resultados sociais

	2023	2022	2021
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar pela retenção de parcela de lucro líquido do exercício. O dividendo obrigatório poderá ser dispensado de distribuição no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia ser ele incompatível com a situação financeira da Saneago, observado o disposto no artigo 202, § 4º, da Lei de Sociedades por Ações. Ainda, não será pago dividendo quando, no exercício social findo, não houver lucro apurado ou, ainda, quando o lucro existente tiver sido absorvido por prejuízos de exercícios anteriores.</p> <p>Constituem Reservas da Companhia: (a) Reserva Legal, que será constituída após a apuração do lucro líquido do exercício e em observância de todas as disposições legais, sendo dele destacados 5% para a constituição desta reserva, nos termos do artigo 193 da Lei de Sociedades por Ações, até que seu montante atinja 20% do Capital Social; e</p> <p>(b) Reserva para Investimentos, que será constituída mediante proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral destinando o saldo remanescente do lucro do exercício, após a dedução da Reserva Legal e do dividendo mínimo obrigatório, para tal reserva, cujo saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, incorporação ao capital social, desde que seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, e de lucros a realizar, não seja superior ao capital social.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar pela retenção de parcela de lucro líquido do exercício. O dividendo obrigatório poderá ser dispensado de distribuição no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia ser ele incompatível com a situação financeira da Saneago, observado o disposto no artigo 202, § 4º, da Lei de Sociedades por Ações. Ainda, não será pago dividendo quando, no exercício social findo, não houver lucro apurado ou, ainda, quando o lucro existente tiver sido absorvido por prejuízos de exercícios anteriores.</p> <p>Constituem Reservas da Companhia: (a) Reserva Legal, que será constituída após a apuração do lucro líquido do exercício e em observância de todas as disposições legais, sendo dele destacados 5% para a constituição desta reserva, nos termos do artigo 193 da Lei de Sociedades por Ações, até que seu montante atinja 20% do Capital Social; e</p> <p>(b) Reserva para Investimentos, que será constituída mediante proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral destinando o saldo remanescente do lucro do exercício, após a dedução da Reserva Legal e do dividendo mínimo obrigatório, para tal reserva, cujo saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, incorporação ao capital social, desde que seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, e de lucros a realizar, não seja superior ao capital social.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar pela retenção de parcela de lucro líquido do exercício. O dividendo obrigatório poderá ser dispensado de distribuição no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia ser ele incompatível com a situação financeira da Saneago, observado o disposto no artigo 202, § 4º, da Lei de Sociedades por Ações. Ainda, não será pago dividendo quando, no exercício social findo, não houver lucro apurado ou, ainda, quando o lucro existente tiver sido absorvido por prejuízos de exercícios anteriores.</p> <p>Constituem Reservas da Companhia: (a) Reserva Legal, que será constituída após a apuração do lucro líquido do exercício e em observância de todas as disposições legais, sendo dele destacados 5% para a constituição desta reserva, nos termos do artigo 193 da Lei de Sociedades por Ações, até que seu montante atinja 20% do Capital Social; e</p> <p>(b) Reserva para Investimentos, que será constituída mediante proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral destinando o saldo remanescente do lucro do exercício, após a dedução da Reserva Legal e do dividendo mínimo obrigatório, para tal reserva, cujo saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, incorporação ao capital social, desde que seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, e de lucros a realizar, não seja superior ao capital social.</p>

<p>a.i. valores das retenções de lucros</p>	<p>Em 30 de abril de 2023, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária qual os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, perfazendo um montante total de R\$401.637mil, como segue: (i) R\$39.324mil de distribuição a empregados; (ii) 5% aplicados na constituição da Reserva Legal, no montante de R\$20.081 mil; (iii) 25% de dividendos obrigatórios, no montante de R\$95.388 mil. O saldo remanescente, no montante de R\$286.168 mil será transferido para a conta de “Reserva de Investimentos”.</p>	<p>Em 29 de abril de 2022, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária qual os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, perfazendo um montante total de R\$352.456mil, como segue: (i) R\$35.246mil de distribuição a empregados; (ii) 5% aplicados na constituição da Reserva Legal, no montante de R\$17.623 mil; (iii) 25% de dividendos obrigatórios, no montante de R\$83.709 mil. O saldo remanescente, no montante de R\$251.126 mil será transferido para a conta de “Reserva de Investimentos”.</p>	<p>Em 29 de abril de 2021, foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária qual os acionistas aprovaram a destinação relativa ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, perfazendo um montante total de R\$336.346mil, como segue: (i) R\$34.610mil de distribuição a empregados; (ii) 5% aplicados na constituição da Reserva Legal, no montante de R\$16.817 mil; (iii) 25% de dividendos obrigatórios, no montante de R\$79.884 mil. O saldo remanescente, no montante de R\$239.651 mil será transferido para a conta de “Reserva de Investimentos”.</p>
<p>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>i) Lucro Disponível: R\$583.856 mil;</p> <p>ii) Reserva Legal: R\$29.192 mil (5%) sobre o Lucro Disponível;</p> <p>iii) Lucro Líquido Ajustado: R\$554.666 mil (95%) sobre o Lucro Disponível;</p> <p>iv) Dividendos Obrigatórios: R\$138.666 mil (25%) sobre o Lucro Distribuível;</p> <p>v) Reserva para Investimentos: R\$416.000 mil (75%) sobre o Lucro Distribuível.</p>	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>i) Lucro Disponível: R\$401.636 mil;</p> <p>ii) Reserva Legal: R\$20.082 mil (5%) sobre o Lucro Disponível;</p> <p>iii) Lucro Líquido Ajustado: R\$381.556 mil (95%) sobre o Lucro Disponível;</p> <p>iv) Dividendos Obrigatórios: R\$95.388 mil (25%) sobre o Lucro Distribuível;</p> <p>v) Reserva para Investimentos: R\$286.168 mil (75%) sobre o Lucro Distribuível.</p>	<p>Em relação ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os percentuais de destinação em relação aos lucros totais foram:</p> <p>i) Lucro Disponível: R\$352.456 mil;</p> <p>ii) Reserva Legal: R\$17.623 mil (5%) sobre o Lucro Disponível;</p> <p>iii) Lucro Líquido Ajustado: R\$334.835 mil (95%) sobre o Lucro Disponível;</p> <p>iv) Dividendos Obrigatórios: R\$83.709 mil (25%) sobre o Lucro Distribuível;</p> <p>v) Reserva para Investimentos: R\$251.126 mil (75%) sobre o Lucro Distribuível.</p>

<p>b. regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que apurados os lucros, ajustados nos termos do art. 202 da Lei de Sociedades por Ações, 25% serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos aos acionistas.</p> <p>Ainda nos termos do estatuto social da Companhia, os dividendos devem ser distribuídos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo que tais titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores dos atribuídos aos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, na forma do artigo 17, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Por fim, cumpre salientar que, os lucros que não forem distribuídos em conformidade com o disposto acima, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos, assim que a situação financeira da Companhia permitir. Não obstante, os lucros que deixarem de ser distribuídos, serão registrados como Reserva Especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos assim que a situação financeira da Companhia permitir, conforme disposto no art. 204, §5º, da Lei das sociedades por Ações.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que apurados os lucros, ajustados nos termos do art. 202 da Lei de Sociedades por Ações, 25% serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos aos acionistas.</p> <p>Ainda nos termos do estatuto social da Companhia, os dividendos devem ser distribuídos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo que tais titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores dos atribuídos aos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, na forma do artigo 17, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Por fim, cumpre salientar que, os lucros que não forem distribuídos em conformidade com o disposto acima, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos, assim que a situação financeira da Companhia permitir. Não obstante, os lucros que deixarem de ser distribuídos, serão registrados como Reserva Especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos assim que a situação financeira da Companhia permitir, conforme disposto no art. 204, §5º, da Lei das sociedades por Ações.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, o estatuto social da Companhia previa que apurados os lucros, ajustados nos termos do art. 202 da Lei de Sociedades por Ações, 25% serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos aos acionistas.</p> <p>Ainda nos termos do estatuto social da Companhia, os dividendos devem ser distribuídos em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo que tais titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores dos atribuídos aos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, na forma do artigo 17, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Por fim, cumpre salientar que, os lucros que não forem distribuídos em conformidade com o disposto acima, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos, assim que a situação financeira da Companhia permitir. Não obstante, os lucros que deixarem de ser distribuídos, serão registrados como Reserva Especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão pagos assim que a situação financeira da Companhia permitir, conforme disposto no art. 204, §5º, da Lei das sociedades por Ações.</p>
<p>c. periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2023, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias da data em que for declarado em Assembleia Geral Ordinária.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias da data em que for declarado em Assembleia Geral Ordinária.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias da data em que for declarado em Assembleia Geral Ordinária.</p>

<p>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> <p>Art. 74, §7º do Estatuto Social - Fica vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico, de acordo com regras estabelecidas na Lei nº 14.026/2020 e seus regulamentos.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> <p>Art. 74, §7º do Estatuto Social - Fica vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico, de acordo com regras estabelecidas na Lei nº 14.026/2020 e seus regulamentos.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> <p>Art. 74, §7º do Estatuto Social - Fica vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico, de acordo com regras estabelecidas na Lei nº 14.026/2020 e seus regulamentos.</p>
<p>e. política de destinação de resultados</p>	<p>Em 19 de outubro de 2023, o Conselho de Administração atualizou a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. A Política de Distribuição de dividendos pode ser acessada no site de Relações com Investidores, no seguinte endereço: https://ri.saneago.com.br/politicas-regimentos-e-outros</p>	<p>Em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração atualizou a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. A Política de Distribuição de dividendos pode ser acessada no site de Relações com Investidores, no seguinte endereço: https://ri.saneago.com.br/politicas-regimentos-e-outros</p>	<p>Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração atualizou a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. A Política de Distribuição de dividendos pode ser acessada no site de Relações com Investidores, no seguinte endereço: https://ri.saneago.com.br/politicas-regimentos-e-outros</p>

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

iii. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia seja parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b) Natureza e o propósito da operação

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia seja parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

c) Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia seja parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.10 - Plano de Negócios da Companhia

Para cumprir nossa missão de forma sustentável, atender à legislação vigente e às necessidades e expectativas das partes interessadas, a Saneago aprovou seu plano de negócios para o ciclo 2024 - 2028 em linha com as diretrizes e metas de universalização dos serviços, de 99% da população para água potável e 90% de coleta e tratamento de esgoto, até 31 de dezembro de 2033 conforme definido no novo marco legal do Saneamento estabelecido com a promulgação da Lei no. 14.026, de 15 de julho de 2020 bem como as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº10.710/2021, posteriormente revogado pelo Decreto nº 11.466/2023 e atualmente disciplinado pelo Decreto nº 11.598/2023.

O plano de negócios do ciclo 2024 - 2028 foi construído com base no diagnóstico realizado através dos investimentos necessários ao atendimento das metas estabelecidos nos contratos de programa firmados junto aos municípios, além de considerar a situação atual dos sistemas, crescimento populacional, nível de saturação dos sistemas existentes, demanda hídrica e capacidade de atendimento.

Com base no plano de negócios aprovado, foi construído o Planejamento estratégico de longo prazo, que se desdobra nas metas estratégicas das dimensões econômico-financeira, mercado, processos internos, pessoas e socioambiental, cujo objetivo principal é promover ações que impulsionam as metas necessárias para a eficácia dos resultados. As diretrizes estratégicas básicas para o desenvolvimento do planejamento envolvem a sustentabilidade econômico-financeira, sustentabilidade socioambiental, excelência com qualidade e inovação, proatividade nos relacionamentos e capital humano como diferencial competitivo.

a) Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia no período de 2019 a 2023 estão descritos na tabela abaixo:

Tabela – Investimentos Realizados 2019 a 2023

Sistema	2019	2020	2021	2022	2023
Água	91.829	126.828	116.070	205.339	364.245
Esgoto	76.335	101.711	69.797	102.931	69.619
Outros	19.935	30.674	37.912	176.228	114.021
Total	188.099	259.213	223.779	484.498	547.885

Fonte: Relatórios de Administração 4TRI2019, 4TRI2020, 4TRI2021, 4TRI2022, 4TRI2023 Disponível em: <https://ri.saneago.com.br/central-de-resultados>.

Ademais, vale destacar os valores investidos por meio de Parcerias. Em 2023, esses investimentos totalizaram R\$ 288.490 mil, enquanto em 2022 os investimentos em Parcerias realizados somaram R\$ 355.328 mil.

Principais Obras entregues em 2023

Ao longo do ano de 2023 a Companhia finalizou diversos Investimentos nas áreas de SAA e SES, ressalta-se que o início das obras a seguir não necessariamente foi em 2023, mas sim sua entrega final em funcionalidade para a população:

- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia** - Implantação de 87,6 km de Redes Coletoras e Coletores. Disponibilizando 6.497 novas ligações. O atendimento em esgotamento sanitário em Goiânia chega a 96,86% da população. Investimento: **R\$ 19,2 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Anápolis** - Ampliação do Sistema de Esgotamento sanitário com interceptor Bacia Góis. Com a implantação de 6.826 novos ramais domiciliares e 146km de redes. O atendimento em esgotamento sanitário de Anápolis chega a 81,84% da população. Investimento: **R\$ 18,6 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Luziânia** - Implantação de 133 km de Redes Coletoras. Disponibilizando 3.232 novas ligações. Investimento: **R\$ 18 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia** - Implantação de 73 km de Redes Coletoras na região oeste. Disponibilizando 4.693 ramais domiciliares. Investimento: **R\$ 13,8 milhões;**

- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiatuba** - Implantação de 68 km de Redes Coletoras. Disponibilizando 3.404 ramais domiciliares. Investimento: **R\$ 12,2 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Goiânia** - Implantação de 48 km de Redes Coletoras. Disponibilizando 3.314 novas ligações. Investimento: **R\$ 10,8 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Gama** – Expansão do sistema de abastecimento com a instalação de 5 (cinco) poços tubulares, ETA compacta de 21m³/H, 4 (quatro) reservatórios apoiados e 1 (um) elevador, bem como extensão de 29 km de redes de água disponibilizando 541 novas ligações. Investimento: **R\$ 9,6 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Padre Bernardo** – Implantação de sistemas de abastecimento nos povoados de Vendinha e Monte Alto com 1 (uma) Estação Elevatória de Água, 1 (um) Reservatório apoiado e 1 (um) elevador bem como a extensão das redes de água em 74 km. Investimento: **R\$ 7,5 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Cachoeira Dourada** - Implantação de 31 km de Redes Coletoras. Disponibilizando 630 ramais domiciliares. Investimento: **R\$ 5,8 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Anápolis** – Ampliação e melhoria dos Centros de Reservação Calixtópolis e Recanto do Sol bem como melhoria das redes de distribuição das áreas de influência. Investimento: **R\$ 5,8 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Anápolis** – Implantação do Centro de Reservação Aeroporto, redes de distribuição, instalações elétricas e automação do sistema. Investimento: **R\$ 5,6 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Pirenópolis** - Implantação de 25 km de Redes Coletoras. Disponibilizando 325 novas ligações. Investimento: **R\$ 5,2 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Inhumas** - Expansão das redes coletoras de esgoto com 1,5km de novas redes. O atendimento em esgotamento sanitário de Inhumas chega a 81,16% da população. Investimento: **R\$ 4,7 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Cachoeira Dourada** – Expansão das redes de distribuição em 13,2 km. Disponibilizando 1.152 ramais domiciliares. Investimento: **R\$ 1,7 milhões**

i. ***Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos (Em mil R\$)***

O Programa de Investimentos da Companhia, referente aos exercícios sociais de 2024 - 2028, tem valor estimado de R\$ 4.674.145 mil contemplando os investimentos em obras de esgotamento sanitário, abastecimento de água, projetos e outras inversões, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população através da prestação de serviços de forma sustentável.

Tabela – Plano de Investimentos 2024 – 2028

TOTAL CAPEX	2024	2025	2026	2027	2028	TOTAL
SAA	395.775	476.576	534.091	115.188	228.561	1.750.191
SEE	224.452	409.904	541.460	504.775	269.853	1.950.445
Outras	233.093	169.147	256.732	179.124	135.414	973.509
TOTAL	853.321	1.055.626	1.332.283	799.086	633.829	4.674.145

Fonte: Plano de Negócios 2024 -2028

A Companhia possui um total de R\$ 605 milhões em contratos de obras, sendo R\$ 390 milhões para expansão do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e R\$ 215 milhões para expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES). Desse total, R\$ 356 milhões deverão ser entregues em 2024. Dentre as principais obras, destaca-se:

- ❑ **Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia, (Conexão Cristina e Booster João Leite)**, contemplando implantação do Booster João Leite e da Adutora de Água Tratada (DN 1200), que interligará os dois sistemas produtores de água de Goiânia (João Leite e Meia Ponte). O valor do investimento é: **R\$ 64 milhões;**
- ❑ **Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia (Ampliação do SAA - Lote 2 - Região Noroeste)**, contemplando 7,6 Km de Adutoras de Água Tratada (DN800 a DN1200), Centros de Reservação (CRs) Paineiras, Recanto, Solar Ville 2 e Floresta, booster Liberdade e booster Vera Cruz, na cidade de Goiânia. O valor do investimento é: **R\$ 45 milhões;**
- ❑ **Ampliação e melhorias da Estação de Tratamento de Água de Anápolis**, contemplando a instalação de dois novos módulos de tratamento, unidade de tratamento de resíduos, dentre outras unidades, que elevarão a capacidade de tratamento de 800 L/s para 1.600 L/s. O valor do investimento é: **R\$ 51,8 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Águas Lindas de Goiás**, contemplando a execução dos Centros de Reservação Bonitas, Planalto, Quedas e Querência, além das redes de distribuição de água e adutoras nas suas áreas de influência. O valor do investimento é: **R\$ 33,0 milhões;**
- ❑ **Implantação do Sistema de Abastecimento de Água no Distrito de Campos Lindos, Município de Cristalina**, englobando a execução de 14 poços, 02 Centros de Reservação (Alphaville e Marajó), Estação Elevatória, Estações de Tratamento de Água Modulares, adutoras, redes de distribuição de água e ligações domiciliares. O valor do investimento é: **R\$ 24,9 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia**, contemplando a implantação do Booster ETAG, com capacidade total de recalque de 4.800 L/s. O valor do investimento é: **R\$ 21,0 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de São Luís de Montes Belos**, contemplando a implantação da nova captação no Ribeirão Santa Rosa, ampliando em 117 L/s a produção de água. O valor do investimento é: **R\$ 22,6 milhões.**

Sistema de Esgotamento Sanitário (SES):

- ❑ **Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Dr. Hélio Seixo de Britto, em Goiânia**, contemplando a implantação do tratamento secundário através do sistema de lodo ativado. O valor do investimento é: **R\$ 124 milhões;**

- ❑ **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Novo Gama.** Implantação do SES Santa Maria, contemplando Estação Elevatória de Esgoto e Estação de Tratamento de Esgoto. O valor do investimento é: **R\$ 72,4 milhões;**
- ❑ **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Rio Verde,** contemplando a implantação da nova Estação de Tratamento de Água Rio Verdinho, com capacidade nominal de tratamento de 800 L/s. O valor do investimento é: **R\$ 61,8 milhões.**

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Anápolis. Conclusão da Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto. O valor do investimento é: **R\$ 55 milhões;**

i. ***Fontes de financiamento dos investimentos***

Para que a companhia implemente os investimentos necessários à expansão de seus negócios faz necessário uma composição de estrutura de capital tanto com capital próprio quanto de terceiros.

As captações proposta para o ciclo 2024 - 2028 contempla as necessidades de captação de recurso para atendimento das demandas corporativas necessárias para compor capital de giro bem como as necessidades de investimentos em linha com os estudos de comprovação da capacidade econômica financeira nos termos do Decreto nº 10.710/2021, posteriormente revogado pelo Decreto nº 11.466/2023 e atualmente disciplinado pelo Decreto nº 11.598/2023.

A companhia tem como estratégia de investimento a composição de uma estrutura ótima de capital, ou seja, aquela que maximiza o capital e proporciona alavancagem financeira equilibrada e sustentável na utilização do capital de terceiros, podendo variar em função da expectativa de geração de caixa, das perspectivas e projeções da empresa e da posição da mesma no mercado. Para o ciclo 2024 a 2028 a composição de capital esperada, considerando a metodologia e premissas utilizadas no modelo financeiro, foi de 49,93% de recursos próprios e 50,07% de recursos de terceiros.

Os recursos relativos à fonte de recursos próprios são os advindos da geração de caixa apurados na atividade empresarial bem como dos montantes advindos de aumentos de capital mediante o ingresso de novos recursos vindos dos sócios.

Os recursos relativos aos investimentos com fonte de terceiros podem se dividir em:

- i) Onerosos - que são os empréstimos e financiamentos captados junto a Bancos, Agências de fomento, mercado de capitais entre outros.
- ii) Não Onerosos - que são recursos do Orçamento Geral da União - OGU vinculados a programas e ações da política de saneamento básico, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério do Desenvolvimento Regional bem como os recursos do Fundo Socioambiental Caixa entre outros.

ii. ***Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022 bem como no exercício findo 2023.

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Saneago acredita na importância de uma abordagem de práticas responsáveis em relação à criação de valor. Assim, seu planejamento estratégico é construído em uma perspectiva de criação de valor de longo prazo, em termos financeiros e não financeiros, incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG), por meio da implementação de práticas ASG desde 2020, coordenadas pelo Comitê estatutário de Sustentabilidade.

Neste sentido, a Saneago se tornou signatária do Pacto Global da ONU em 2021, aderindo e participando ativamente das plataformas de ação: Ação pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Ação pela Água, Ação pelos Direitos Humanos e Ação contra Corrupção.

Também aderiu ao Movimento +Água em 2022, que tem como objetivo trabalhar com o setor empresarial brasileiro para atingir a universalização do saneamento e aumentar a segurança hídrica do país. A Saneago se comprometeu com as metas de atingir 99% de pessoas com acesso à água potável, 90% de esgoto coletado e tratado, ambas até 2033, bem ainda com a conservação e reflorestamento de 50% das áreas críticas na produção natural de água até 2030.

A Companhia também realizou seu inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa referentes ao exercício de 2020, 2021 e 2022 e está dando andamento à elaboração dos inventários de 2023. A partir dos inventários realizados, a Saneago pretende elaborar planos de ação para redução de suas emissões.

Ainda, visando normatizar as práticas de manejo e destinação segura de seus resíduos, a Saneago está elaborando uma Política de Resíduos Sólidos.

Reconhecendo a importância de práticas de igualdade racial, de gênero e diversidade, bem como sua responsabilidade como agente socioambiental, a Saneago tem avançado na abordagem destes temas, aspirando a adesão a movimentos do Pacto Global relacionados a eles.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui outros fatores com influência relevante.

Item II

Proposta para a Destinação do
Resultado do Exercício de 2023



ITEM II

Proposta para a Destinação do Resultado do Exercício de 2023

A Administração da Companhia propõe, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e na Política de Distribuição de Dividendos, a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício social de 2023 (em milhares de reais).

Demonstrativo da Proposta para Destinação dos Lucros Acumulados do Exercício de 2023 e para Participação nos Resultados (Em milhares de Reais)

Resultado do Exercício antes da Participação de Empregados (PPR)	616.610
Provisão para Participação de Empregados – PPR (I)	(49.628)
Efeito Tributário sobre a Participação dos Empregados	16.874
Resultado do Exercício de 2023	583.856
Resultados Reconhecidos Diretamente no PL	2
Reserva Legal 5% (II)	(29.192)
Lucro a Distribuir antes do dividendo	381.556
Juros Sobre o Capital Imputados aos Dividendos Obrigatórios (25%) ¹ (III)	138.666
Reserva Para Plano de Investimentos (IV)	416.000

¹ Conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração nº 431, de 17/12/2020, o pagamento de JCP compensado na distribuição de Dividendos Obrigatórios (Art. 74, § 6º, Estatuto Social)

(I) Participação dos Empregados no Lucro Apurado em 2023

A Lei nº 10.101, de 19/12/2000, estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República.

Alinhada com a acima Lei nº 10.101/2000, o artigo 75 do Estatuto Social apresenta que o lucro apurado em cada exercício social, depois de adotadas todas as providências legais e observado o disposto no artigo 189 e 190 da Lei das Sociedades por Ações, poderá ser destinado, em parte, para gratificar os membros da Diretoria e empregados, observada a ordem mencionada no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme proposta a ser encaminhada pelo Conselho de Administração.

A Administração da Companhia propõe a distribuição, referente à participação nos resultados, no montante de **R\$ 49.628**, a serem pagos aos seus empregados.

(II) Reserva Legal

Apurado o lucro líquido do exercício, com a observância de todas as disposições legais, dele será destacada

parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até que se atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social. Fica constituído o montante de **R\$ 29.192** como reserva legal. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

(III) Dividendos Obrigatórios

Conforme previsto no Estatuto Social, em seu artigo 74, e na Política de Distribuição de Dividendos - PL06.0001, apurados os lucros, ajustados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos como dividendos aos acionistas, sendo em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais.

Os dividendos propostos após apurados os lucros e realizados os ajustes é **R\$ 138.666**. A remuneração aos acionistas, por ação, será de 0,0551235598.

A forma de cálculo em relação aos dividendos obrigatórios está prevista no art. 9º, inciso I do Estatuto Social, descrito que o recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do §1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações, desta forma a destinação dos dividendos por ação será:

Ações Ordinárias: 0,0537379141

Ações Preferências: 0,0591117055

A Administração informa que os dividendos obrigatórios serão pagos integralmente e terão como base de cálculo a posição acionária de 31 de dezembro de 2023.

(IV) Reserva Para Plano de Investimentos

Conforme previsto no Artigo 73, inciso II, do Estatuto Social, após a dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, do lucro líquido destinamos a constituição de uma reserva para investimentos. A Administração propõe, a destinação do montante de **R\$ 416.000** dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de Investimentos da Companhia.

A seguir, no ANEXO II, apresentamos a Destinação do Lucro Líquido conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliário – CVM nº 81, de 29.03.2022 (Anexo A)

ANEXO II
Destinação do Lucro Líquido

Resolução CVM nº 81, de 29.03.2022
(Anexo A)

Os números informados no Anexo A exceto quando expressamente indicados de outra forma, estão apresentados em milhares de reais.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2023 foi de **R\$ 583.856**

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

(i) Montante global distribuído à conta de dividendos: R\$ 138.666;

(ii) Valor dos dividendos/JCP de 2023 por ação: 0,0551235598;

(iii) Valor dos juros sobre o capital próprio em 2023: R\$ 138.666;

Foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração nº 431/2021, de 17/12/2020, o pagamento de JCP compensado na distribuição de Dividendos Obrigatórios (Art. 74, § 6º, Estatuto Social)

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A distribuição de dividendos / JCP do exercício de 2023 corresponde a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, e conforme Estatuto Social e Política de Distribuição de Dividendos vigente.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos / juros sobre capital próprio distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica, pois não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Tipo de Ação	Valor/Ação	Valor (R\$)
Ordinárias	0,0537379141	100.324
Preferenciais	0,0591117055	38.342
Total		138.666

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme previsto na Política de Distribuição de Dividendos (Item 4.7), os dividendos/JCP serão pagos em até 60 (sessenta) dias da data em que for declarado em AGO (até 30/06/2024).

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização nem juros.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento será 28.04.2024, data da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável, pois não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, pois não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Lucro e Lucro por ação	2022	2021	2020
Lucro (prejuízo)	401.636	352.456	336.346
Lucro (prejuízo) por ação (R\$,00)	0,1597	0,1401	0,1337

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos / JCP	2022	2021	2020
Valor Bruto	95.388	83.709	79.884

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a) Identificar o montante destinado à reserva legal**

Valor a ser destinado para compor a Reserva Legal: **R\$29.192.**

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A parcela do lucro líquido destinado à constituição da reserva legal é calculada de acordo com o disposto no artigo 193 da Lei das S.A., ou seja, equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até que atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social.

c) Identificar o montante destinado à reserva de incentivo fiscal

Não houve constituição de reservas dessa natureza no exercício de 2023.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos / JCP de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia, sendo em primeiro lugar aos titulares de ações preferenciais.

As ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma do inciso II do § 1º do artigo 17 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Serão pagos R\$ 38.342 de dividendos relativos às ações preferenciais em circulação.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferencias e será pago um valor de R\$ 0,0591117055 por ação preferencial.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, deve ser distribuído como dividendos mínimos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b) **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável, pois não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O Estatuto Social, prevê na seção III, art. 73:

SEÇÃO III – Reservas

Art. 73. Constituem Reservas da Saneago:

I - Reserva Legal - Apurado o lucro líquido do exercício, com a observância de todas as disposições legais, dele será destacada parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal de que trata o art.193 da Lei de Sociedades por Ações, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social;

II - Reserva para Investimentos – Após atendidas as disposições do item anterior e da obrigação estabelecida por este instrumento, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após a dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva para investimentos, cujo saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, incorporação ao capital social, desde que seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, e de lucros a realizar, não seja superior ao capital social.

b) **Identificar o montante destinado à reserva**

O montante destinado a reserva de investimento é de **R\$ 416.000**

c) **Descrever como o montante foi calculado**

O montante destinado a reserva de investimentos corresponde ao saldo do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal, dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos, conforme segue:

Resultado do Exercício antes da Participação de Empregados (PPR)	616.610
Provisão para Participação de Empregados – PPR	(49.628)
Efeito Tributário sobre a Participação dos Empregados	16.874
Resultado do Exercício de 2023	583.856
Resultados Reconhecidos Diretamente no PL	2
Reserva Legal 5% (II)	(29.192)
Lucro a Distribuir antes do dividendo	554.666
Juros Sobre o Capital Imputados aos Dividendos Obrigatórios (25%) ¹	138.666
Reserva Para Plano de Investimentos	416.000

¹ Conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração nº 431, de 17/12/2020, o pagamento de JCP compensado na distribuição de Dividendos Obrigatórios (Art. 74, § 6º, Estatuto Social)

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

A Administração propõe a destinação de **R\$416.000** para compor a reserva para investimentos.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração nº 516, em 07.12.2023, e divulgado como Fato Relevante na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2028.

Tipo de CAPEX	2024	2025	2026	2027	2028	Total
SAA	395.775	476.576	534.091	115.188	228.561	1.750.191
SES	224.452	409.904	541.460	504.775	269.853	1.950.445
Outras Inversões ¹	233.093	169.147	256.732	179.124	135.414	973.509
Total Geral	853.321	1.055.626	1.332.283	799.086	633.829	4.674.145

¹Outras Inversões: investimentos de suporte a infraestrutura básica para manutenção do crescimento vegetativo, redução de perdas, melhorias no sistema e outras ações.

Os investimentos em Abastecimento de Água (SAA) e Esgotamento Sanitário (SES) buscam a universalização dos sistemas, a elevação do índice de atendimento e a garantia da perpetuidade do negócio, tudo em conformidade com a legislação vigente e as metas contratuais.

Os investimentos previstos para 2024 pela Saneago totalizam **R\$ 853.321** e poderão ser revisados de acordo com o comportamento das questões macroeconômicas e da execução do Planejamento Estratégico, no decorrer do exercício.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável. Não há proposta de destinação de lucro líquido para reserva de incentivos fiscais.

Item III

Fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada da Companhia



ITEM III

Fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada da Companhia

Em conformidade com o Art.13, inciso II da Resolução CVM nº 81/22, a Saneago informa que a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada, é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no Art. 30, inciso VII, do Estatuto Social.

- **Previsão Estatutária da Remuneração**

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por 12 (doze) salários mensais, equivalentes a 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia, conforme disposto no artigo 48, do Estatuto Social da Companhia.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo (“Beneficiários”), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, é composta por 12 (doze) salários mensais, Férias acrescida de um terço e décimo terceiro salário conforme CLT, fixados pela Assembleia Geral, não inferiores à maior remuneração paga aos empregados da Companhia.

Não obstante, conforme disposto no artigo 58, §5º, do Estatuto Social da Companhia: “Os Diretores perceberão honorários equivalentes ao maior salário-base da companhia e a 95% (noventa e cinco por cento) da maior função gratificada que for fixada para o cargo de Diretor Presidente”.

Ademais, cumpre salientar que, a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, compreende ainda, o recebimento de benefícios, como motorista, abono natalino, auxílio creche e vale alimentação, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado. Ressalta-se que o abono natalino, o auxílio creche e o vale alimentação pagos aos

diretores da Companhia com base nos valores recebidos por todos os empregados da Companhia.

Ainda, os membros da Diretoria da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo (“Beneficiários”), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é estabelecida em conformidade com previsto na Lei das Sociedades por Ações e com as práticas do mercado.

Conforme disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros titulares observando o limite mínimo, para cada um, igual a 14% da média dos honorários atribuídos aos Diretores.

Comitê de Auditoria Estatutário

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa, nos termos do artigo 54 do Estatuto Social da Companhia, fixada pelo Conselho de Administração, composta por honorários mensais de seus membros efetivos, equivalente a 18% (dezoito por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores da Companhia.

- **Proposta de montante global da remuneração**

Apresentamos a seguir a proposta para o montante global de remuneração dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária e Diretoria Colegiada da Companhia para o período de abril 2024 a março 2025, no valor de **R\$ 13.263.665,25 (treze milhões e duzentos e sessenta e três mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)**.

Descrição	ABR-2023 A MAR-2024	ABR-2024 A MAR-2025 (PROPOSTA COM REAJUSTE)
REMUNERAÇÃO PARA DIRETORES	6.096.675,24	R\$ 6.329.601,33
ENCARGOS SOCIAIS	2.937.900,92	R\$ 3.050.144,68
REMUNERAÇÃO CONSELHO ADM	1.719.808,44	R\$ 1.785.514,46
ENCARGOS SOCIAIS	343.961,69	R\$ 357.102,89
REMUNERAÇÃO CONSELHO FISCAL	611.487,60	R\$ 634.849,75
ENCARGOS SOCIAIS	122.297,52	R\$ 126.969,95
REMUNERAÇÃO COMITÊ AUDITORIA	786.198,12	R\$ 816.235,16
ENCARGOS SOCIAIS	157.239,62	R\$ 163.247,03
MONTANTE PREVISTO PERÍODO	12.775.569,15	R\$ 13.263.665,25

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos (SUREH)

Para proposta de remuneração da alta administração, foram considerados a totalidade de ocupação das vagas dos respectivos órgãos de governança, sendo 07 (sete) Diretores, 5 (cinco) Membros do Comitê de Auditoria Estatutária, 05 (cinco) Conselheiros Fiscais e 11 (onze) Conselheiros Administrativos. A proposta contempla modelo vigente de remuneração da alta administração e encargos sociais, corrigidos pela inflação acumulada nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do estatuto social e política de alçadas vigente. O índice utilizado pela Companhia para reajuste foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mesmo índice usado do Acordo Coletivo de 2023/2025. No período de fevereiro de 2023 a janeiro de 2024, o INPC totalizou 3,821%.

A seguir, o item 8 do Formulário de Referência (Remuneração dos Administradores).

ANEXO III

Informações constantes no item 8 do Formulário de Referência - Remuneração dos Administradores, em cumprimento ao Art. 11 da Resolução CVM nº 81/22

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração delimitada para os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos demais comitês estatutários e de auditoria da Companhia, está em conformidade com as diretrizes previstas no Estatuto Social da Companhia e com as melhores práticas do mercado, buscando alinhar os interesses da Companhia com os interesses dos seus colaboradores, a fim de atrair e reter profissionais qualificados, e estimular o alinhamento dos objetivos da Companhia à produtividade e eficiência.

O objetivo da prática de remuneração da Companhia, consiste em estabelecer parâmetros que permitem alinhar a remuneração adotada à responsabilidade atribuída aos respectivos papéis e à necessidade da empresa, bem como à possibilidade de contar com profissionais dotados de competência, experiência e motivação.

Conforme disposto no artigo 152 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), e no artigo 30, inciso VII, do Estatuto Social da Companhia, o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, será fixado em sede de assembleia geral da Companhia.

No estatuto social da SANEAGO, aprovado em Assembleia Geral Ordinária, pode-se depreender que a remuneração do Diretores não será inferior à maior remuneração paga a empregado da SANEAGO. Os diretores também perceberão honorários e a 95% da maior função gratificada que for fixada para o cargo de Diretor-Presidente. (Artigo 58. Parágrafos 4º, 5º).

O empregado da Companhia ou o servidor de outro órgão da administração pública, eleito membros da diretoria, poderá optar pela percepção de sua remuneração na empresa ou de seu órgão de origem, desde que as normas reguladoras o permitam. (Artigo 58. Parágrafo 6º).

O Conselho Fiscal observará um limite mínimo de 14% da média de honorários atribuídos aos Diretores (artigo 36). Já o Conselho de Administração será remunerado por honorários sendo o valor 18% da remuneração paga aos Diretores da SANEAGO, conforme remuneração aprovada pela Assembleia geral, em linha com a legislação aplicável (artigo 48).

b) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês da Companhia que participem do processo decisório, identificando de que forma participam

O valor anual global da remuneração do Conselho de Administração, dos membros do conselho Estatutário, , membros do Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia é aprovado em assembleia geral. Após a definição das verbas globais de remuneração, a remuneração individual e o valor atribuído a cada membro da administração são definidos e aprovados em reunião do Conselho de Administração.

ii. critério e metodologia utilizados para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e abrangência desses estudos

O montante global da remuneração da administração da Companhia é aprovado, anualmente, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Como premissa básica, a metodologia de cálculo é estabelecida pelo Estatuto Social e planos de carreira da Companhia, uma vez que os honorários estão indexados ao maior salário da Companhia, que, após a realização de uma Pesquisa de Remuneração no mercado específico escolhido pela Companhia (equilíbrio externo) e a avaliação dos cargos (equilíbrio interno), obtiveram-se os subsídios necessários para a estrutura salarial, cargos e funções da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração

da Companhia

A Companhia ressalta que não possui, na data de apresentação deste Formulário de Referência, uma política de remuneração formalmente aprovada. Ademais, cumpre salientar que a prática de remuneração da Companhia fora reajustada em razão da implementação dos programas de desligamento voluntário aos funcionários da Companhia.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor.
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais.
- sua metodologia de cálculo e de reajuste.
- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por 12 (doze) salários mensais, equivalentes a 18% (dezoito por cento) da média da remuneração paga aos Diretores da Companhia.

É vedada a participação remunerada de membros da administração pública, direta ou indireta, em mais de dois conselhos, de administração ou fiscal, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de suas subsidiárias. (ASG).

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo (“Beneficiários”), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa:

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado.

A remuneração dos Diretores não será inferior à maior remuneração paga a empregado da SANEAGO.

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, é composta por 12 (doze) honorários mensais, férias acrescida de um terço e décimo terceiro, conforme CLT, fixados pela Assembleia Geral, não inferiores à maior remuneração paga aos empregados da Companhia

Não obstante, conforme disposto no artigo 58, §5º, do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente perceberá como honorários o equivalente ao maior salário-base, somado a maior gratificação de gestão da companhia e, percebe ainda, como gratificação por exercer função de gestão, 60% (sessenta por cento) do somatório dos dois honorários. Os demais Diretores Estatutários perceberão como honorários o equivalente ao maior salário-base, somado a 95% (noventa

e cinco por cento) da maior função gratificada da companhia e, perceberam ainda, como gratificação por exercer função de gestão, 95% (noventa e cinco por cento) da função de gestão percebida pelo Diretor-Presidente.

Ademais, cumpre salientar que, a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, compreende ainda, o recebimento de benefícios, como motorista, abono natalino, auxílio creche e vale alimentação, tendo como objetivo estar alinhado às práticas de mercado. Ressalta-se que o abono natalino, o auxílio creche e o vale alimentação pagos aos diretores da Companhia são pagos com base nos valores pagos a todos os empregados da Companhia.

Ainda, os membros da Diretoria da Companhia podem aderir aos Planos de Benefícios Previdenciários destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo (“Beneficiários”), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é estabelecida em conformidade com previsto na Lei das Sociedades por Ações, e com as práticas do mercado.

Conforme disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de seus membros efetivos, quando em funções, observando o limite mínimo, para cada um, igual a 14% (quatorze por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Comitê de Auditoria Estatutário

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia é composta de acordo com a legislação e com as práticas do mercado. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa, nos termos do artigo 47 do Estatuto Social da Companhia, fixada pelo Conselho de Administração, composta por honorários mensais de seus membros efetivos, equivalente a 18% (dezoito por cento) da média dos honorários atribuídos aos Diretores da Companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos membros dos órgãos da Companhia visa a atrair e reter profissionais, garantindo remuneração competitiva e alinhada às práticas de mercado e estimulando a busca e a superação das metas pré-definidas, quando aplicável.

iii. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros da Administração da Companhia são remunerados.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, visto que não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável, uma vez que não há remuneração ou benefícios diretos ou indiretos vinculados à ocorrência de quaisquer eventos societários.

8.2) Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽²⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (1)	10	7	5	22
Nº de membros remunerados	10	7	5	22
(a) Remuneração fixa anual	1.816.204,58	9.519.650,62	650.408,04	11.986.263,24
Salário ou pró-labore	1.452.963,66	6.544.759,80	520.326,42	8.518.049,88
Benefícios direto e indireto	0	584.506,55	0	584.506,55
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	363.240,92	2.390.384,27	130.081,61	2.883.706,80
Descrição de outras remunerações fixas (3)	FGTS	BONIFIC.ANUAL ASSIDUIDADE, INSS e FGTS	FGTS	-
(b) Remuneração variável	0	0	0	0
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	-
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ª b' foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ª b' foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ª b' foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
(a+b) Total da remuneração	1.816.204,58	9.519.650,62	650.408,04	11.986.263,24

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽²⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (1)	10	7	5	22
Nº de membros remunerados	10	7	5	22
(a) Remuneração fixa anual	1.746.350,56	9.153.510,21	625.392,34	11.525.253,11
Salário ou pró-labore	1.397.080,44	6.239.038,27	500.313,87	8.138.432,58
Benefícios direto e indireto	0	562.025,53	125.078,47	687.104,00
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	349.270,12	2.298.446,41	0	2.647.716,53
Descrição de outras remunerações fixas (3)	FGTS	BONIFIC.ANUAL ASSIDUIDADE, INSS e FGTS	FGTS	-
(b) Remuneração variável	0	0	0	0
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ºb foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ºb foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ºb foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
(a+b) Total da remuneração	1.746.350,56	9.153.510,21	625.392,34	11.525.253,11

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022- Valores Anuais				
	Conselho de Administração ⁽²⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros (1)	9,75	7	4,5	21,25
Nº de membros remunerados	9,75	7	4,5	21,25
(a) Remuneração fixa anual	1.414.102,84	7.610.382,90	507.515,92	9.532.001,65
Salário ou pró-labore	1.178.419,03	5.232.230,53	422.929,93	6.833.579,49
Benefícios direto e indireto	0	467.151,15	0	467.151,15
Participações em comitês	0	0	0	0

Outros	235.683,81	1.911.001,22	84.585,99	2.231.271,01
Descrição de outras remunerações fixas (3)	INSS	BONIFIC.ANUAL ASSIDUIDADE, INSS e FGTS	INSS	-
(b) Remuneração variável	0,00	68.716,55	0,00	68.716,55
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	68.716,55	0	68.716,55
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ºb foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ºb foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3ºb foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
(a+b) Total da remuneração	1.414.102,84	7.679.099,45	507.515,92	9.600.718,20

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração ⁽²⁾	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros ⁽¹⁾	8,67	7	3,92	19,59
Nº de membros remunerados	8,67	7	3,92	19,59
(a) Remuneração fixa anual	1.240.650,05	6.121.830,93	364.857,22	7.727.338,19
Salário ou pró-labore	1.033.875,04	4.221.915,42	364.857,22	5.620.647,68
Benefícios direto e indireto	0	373.969,01	0	373.969,01
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	206.775,01	1.525.946,50	0	1.732.721,50
Descrição de outras remunerações fixas (3)	INSS	BONIFIC.ANUAL ASSIDUIDADE, INSS e FGTS	INSS	-
(b) Remuneração variável	0,00	62.466,41	0,00	62.466,41
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	62.466,41	0	62.466,41
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0

Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3b) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3b) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra 3b) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
(a+b) Total da remuneração	1.240.650,05	6.184.297,34	364.857,22	7.789.804,60

8.3 - Em relação à remuneração variável dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- em relação ao bônus:
 - valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - valor máximo previsto no plano de remuneração
 - valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- em relação à participação no resultado:
 - valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - valor máximo previsto no plano de remuneração
 - valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal da Companhia não possuem bônus ou participação nos resultados.

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- termos e condições gerais
- data de aprovação e órgão responsável
 - número máximo de ações abrangidas
 - número máximo de opções a serem outorgadas
 - condições de aquisição de ações
 - critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
 - critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
 - forma de liquidação
 - restrições à transferência das ações

- critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- preço médio ponderado do exercício de cada um dos seguintes grupos de opções
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas e expiradas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
- diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.6 - Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- data de outorga
- quantidade de opções outorgadas
- prazo para que as opções se tornem exercíveis
- prazo máximo para exercício das opções
- prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- valor justo das opções na data da outorga
- multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- em relação às opções ainda não exercíveis:
 - quantidade
 - data em que se tornarão exercíveis

- prazo máximo para o exercício das opções
- prazo de restrição à transferência das ações
- prazo médio ponderado de exercício
- valor justo das opções no último dia do exercício social
- em relação às opções exercíveis:
 - quantidade
 - data em que se tornarão exercíveis
 - prazo máximo para o exercício das opções
 - prazo de restrição à transferência das ações
 - prazo médio ponderado de exercício
 - valor justo do total das opções no último dia do exercício social
- valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- número de ações
- preço médio ponderado de exercício
- preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- data de outorga

- prazo máximo para entrega das ações
- valor justo das ações na data da outorga
- multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- número de ações
- preço médio ponderado de aquisição
- preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- modelo de precificação
 - dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
 - método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
 - forma de determinação da volatilidade esperada
 - se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária.

8.13 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável, tendo em vista que os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia não possuem, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, quaisquer valores mobiliários emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- órgão
- número de membros remunerados
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Atualmente, a Companhia é patrocinadora de dois Planos de Benefícios Previdenciário administrados pela Fundação de Previdência dos Empregados da Saneago – PREVSAN, a qual foi criada pela Portaria nº 399, de 21.08.1992 (publicada no D.O.U. de 24.08.1992), do Ministério da Previdência Social, quais sejam (i) Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN, estruturado na modalidade benefício definido e (ii) Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN, estruturado na modalidade de contribuição definida (“**Planos de Benefícios Previdenciários**”). Referidos planos são destinados aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo (“**Beneficiários**”), que concedem benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos Beneficiários, conforme termos e regras previstos nos regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios Previdenciários.

O aumento da expectativa de vida e a redução do retorno sobre os investimentos podem aumentar o custo do Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN, na medida em que desviem das premissas utilizadas no cálculo atuarial. Na hipótese de existência de eventuais déficits no plano de benefício patrocinado, a Companhia estará sujeita a aportar recursos para equacionar tal insuficiência.

(i) Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	7,00
Nº de membros remunerados¹	0,00	1,00
Nome do plano	Plano de Benefícios Previdenciários CD da PREVSAN	Plano de Benefícios Previdenciários CD da PREVSAN
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição</u> , os participantes deverão (i) ter uma idade mínima de 55 anos de idade; (ii) estar aposentado pela Previdência Social Oficial, com, no mínimo, 30 anos de serviço; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.	Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição</u> , os participantes deverão (i) ter uma idade mínima de 55 anos de idade; (ii) estar aposentado pela Previdência Social Oficial, com, no mínimo, 30 anos de serviço; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como

	<p>Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria especial</u>, os participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, conforme o tempo exigido pela Previdência Social Oficial tenha sido, respectivamente, de 25, 20 e 15 anos; (ii) estar em gozo de aposentadoria especial pela Previdência Social Oficial; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.</p>	<p>participante da PREVSAN.</p> <p>Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria especial</u>, os participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, conforme o tempo exigido pela Previdência Social Oficial tenha sido, respectivamente, de 25, 20 e 15 anos; (ii) estar em gozo de aposentadoria especial pela Previdência Social Oficial; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.</p>
<p>Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</p>	0,00	R\$ 308.971,30
<p>Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</p>	0,00	R\$ 54.642,76
<p>Possibilidade de resgate antecipado e condições</p>	<p>Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição</u>, os participantes deverão (i) ter uma idade mínima de 55 anos de idade; (ii) estar aposentado pela Previdência Social Oficial, com, no mínimo, 30 anos de serviço; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.</p> <p>Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria especial</u>, os participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, conforme o tempo exigido pela Previdência Social Oficial tenha sido, respectivamente, de 25, 20 e 15 anos; (ii) estar em gozo de aposentadoria especial pela Previdência Social Oficial; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.</p>	<p>Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição</u>, os participantes deverão (i) ter uma idade mínima de 55 anos de idade; (ii) estar aposentado pela Previdência Social Oficial, com, no mínimo, 30 anos de serviço; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.</p> <p>Poderão se aposentar antecipadamente, por meio da <u>aposentadoria especial</u>, os participantes que (i) possuem pelo menos, 53, 51 e 49 anos de idade, conforme o tempo exigido pela Previdência Social Oficial tenha sido, respectivamente, de 25, 20 e 15 anos; (ii) estar em gozo de aposentadoria especial pela Previdência Social Oficial; (iii) ter se desligado da Companhia; e (iv) ter, pelo menos 15 anos de filiação ao referido plano de benefícios, contados a partir da última admissão como participante da PREVSAN.</p>

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, de acordo com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/ Nº3/2019.

(ii) Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	7,00
Nº de membros remunerados¹	1,00	5,00
Nome do plano	Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN	Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0,00	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Companhia; (iii) estar aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, exceto no caso de aposentadoria por invalidez; e (iv) tiver realizado a rescisão do contrato de trabalho ou de vínculo de direção com a Companhia.	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Companhia; (iii) estar aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, exceto no caso de aposentadoria por invalidez; e (iv) tiver realizado a rescisão do contrato de trabalho ou de vínculo de direção com a Companhia.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 137.884,72	R\$ 535.224,76
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 40.862,48	R\$ 209.647,47
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Companhia; (iii) estar aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, exceto no caso de aposentadoria por invalidez; e (iv) tiver realizado a rescisão do contrato de trabalho ou de vínculo de direção com a Companhia.	Poderão se aposentar antecipadamente, os participantes deverão (i) ter 5 anos ininterruptos de contribuição ao referido plano; (ii) ter 5 anos completos de vínculo empregatício com a Companhia; (iii) estar aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, exceto no caso de aposentadoria por invalidez; e (iv) tiver realizado a rescisão do contrato de trabalho ou de vínculo de direção com a Companhia.

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, vinculados ao plano de previdência, de acordo com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/ Nº3/2019.

8.15 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	7	7	7	10	9,75	8,67	5	4,5	4
Nº de membros remunerados	7	7	7	10	9,75	8,67	5	4,5	4
Valor da maior remuneração(R eais)	896.261,96	816.316,47	799.693,11	140363,51	120.871,39	119.532,78	107.243,96	94.011,05	92.969,93
Valor da menor remuneração(R eais)	805.730,50	685.434,11	711.242,41	140363,51	120.871,39	119.532,78	107.243,96	94.011,05	92.969,93
Valor médio da remuneração(R eais)	818.663,57	609.740,57	582.627,68	140363,51	120.871,39	119.532,78	107.243,96	94.011,05	92.969,93

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2023	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p> <p>O valor médio da remuneração contempla verbas de acerto com diretores desligados em 2022.</p>
31/12/2022	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p> <p>O valor médio da remuneração contempla verbas de acerto com diretores desligados em 2022.</p>
31/12/2021	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p>

Conselho de Administração	
31/12/2023	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p>
31/12/2022	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p>
31/12/2022	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p>

Conselho Fiscal	
31/12/2023	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p>
31/12/2022	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p>
31/12/2021	<p>Maior valor contempla verbas relativas aos honorários.</p> <p>Os valores das menores remunerações anuais individuais foram apurados com a exclusão de membros dos respectivos órgãos que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses durante o exercício.</p>

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia contratou Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (Seguro D&O) com a KOVR seguradora S.A., Contrato nº 30000375/2023, com vigência de 04/12/2023 a 04/12/2024, por meio do qual a seguradora pagará, em nome dos segurados, toda e qualquer perda indenizável coberta sob a apólice pela qual estes venham a ser legalmente obrigados em razão de reclamação em decorrência de atos danosos por eles causados, praticados ou tentados durante o período de retroatividade – se desconhecidos pelo segurado – ou o período de vigência da apólice, desde que referida perda não exceda o limite máximo de garantia contratado que é de cinquenta milhões de reais e não seja originado em ato doloso.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, visto que nenhum administrador ou membro do Conselho Fiscal da Companhia é parte relacionada aos controladores.

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não houve pagamento de qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a da função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título, tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, visto que nos últimos 3 exercícios sociais, não há valores reconhecidos nos resultados da Companhia de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.

8.20 - Fornecer outras informações relevantes que o emissor julgue relevantes

Atualmente, conforme informado no item 8.14, a Companhia é patrocinadora de dois Planos de Benefícios Previdenciário administrados pela Fundação de Previdência dos Empregados da Saneago – PREVSAN, a qual foi criada pela Portaria nº 399, de 21.08.1992 (publicada no D.O.U. de 24.08.1992), do Ministério da Previdência Social, quais sejam (i) Plano de Benefícios Previdenciários 001 da PREVSAN, estruturado na modalidade benefício definido e (ii) Plano de Benefícios Previdenciários 002 da PREVSAN, estruturado na modalidade de contribuição definida (“**Planos de Benefícios Previdenciários**”).

O primeiro Plano de Benefícios Previdenciários 001 foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência

Complementar em agosto de 2010, nos termos Ofício nº2.394/CGAT/DITEC/PREVIC, e está em vigor desde 01 de novembro de 2010. Este Plano de Benefícios Previdenciários tem como objetivo a concessão de benefícios de **(i)** aposentadoria por invalidez, tempo de serviço ou contribuição, por idade ou especial; **(ii)** pensão por morte aos dependentes dos empregados da Companhia que aderiram ao referido plano; **(iii)** abono anual referente a 1/12 da suplementação devida em dezembro por mês de suplementação do respectivo ano; e **(iv)** benefício proporcional diferido, concedido aos participantes do referido plano que, por ocasião do seu desligamento da Companhia mantiver sua inscrição no plano de benefícios, optando pelo recebimento do benefício da aposentadoria na forma de um benefício proporcional diferido.

O segundo Plano de Benefícios Previdenciários 002 foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar em abril de 2019, nos termos do Parecer nº 191/2019/CAL/CGAT/DILIC, e está em vigor desde 01 de outubro de 2019. Este Plano de Benefícios Previdenciários tem como objetivo a concessão de benefícios de aposentadoria, por invalidez, de pensão por morte ou de pecúlio por morte aos empregados, gerentes, diretores, conselheiros ocupantes de cargo eletivo, nos termos e regras previstos em seu regulamento.

Por se tratar de planos estruturados na modalidade de benefício definido, o aumento da expectativa de vida e a redução do retorno sobre os investimentos podem aumentar o custo dos Planos de Benefícios Previdenciários na medida em que desviem das premissas utilizadas no cálculo atuarial.

Na hipótese de existência de eventuais déficits no primeiro Plano de Benefício Previdenciário 001, a Companhia estará sujeita a aportar recursos para equacionar tal insuficiência.

Os diretores estatutários ou conselheiros que são empregados efetivos da Companhia mantêm resguardado o seu benefício ao assumir tais funções.